



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ÉRICA FERNANDES ANFILÓQUIO

O LUGAR DA ÁFRICA NAS DISPUTAS HEGEMÔNICAS:
AS RELAÇÕES ENTRE ÁFRICA E CHINA

Tubarão,
2017

ÉRICA FERNANDES ANFILÓQUIO

**O LUGAR DA ÁFRICA NAS DISPUTAS HEGEMÔNICAS:
AS RELAÇÕES ENTRE ÁFRICA E CHINA**

Projeto de Pesquisa apresentado à Unidade de Aprendizagem Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais I, do Curso de Relações Internacionais, como requisito à elaboração do trabalho monográfico.

Linha de pesquisa: Políticas públicas, multilateralismo e emancipação humana.

Professor da disciplina: Agostinho Schneiders, Dr
Orientador temático: Prof. Luciano da Rocha Daudt, Ms.

Tubarão,
2017

**O LUGAR DA ÁFRICA NAS DISPUTAS HEGEMÔNICAS:
AS RELAÇÕES ENTRE ÁFRICA E CHINA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 13 de novembro de 2017.

Prof. Luciano da Rocha Daudt, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Rogério Santos da Costa, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Ricardo Neumann, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

RESUMO

O sistema internacional desde o Congresso de Vestfália (1648) é marcado por declínios e ascensões de hegemonias e traz para o novo século 21 grandes perspectivas à respeito de novas economias em ascensão, dentre elas, a China. Este país tem se fortalecido principalmente a partir da segunda metade do século 20, sendo hoje uma grande potência econômica. Desde a sua Revolução (1949), a China tem buscado apoio nos países “não-alinhados”, os ditos países de Terceiro Mundo, como os países africanos. A Conferência de Bandung (1955) foi o início de uma intensa luta entre as países asiáticos e africanos na busca pela independência, sendo um dos grandes pilares das relações sino-africanas atuais.

A ascensão econômica “pacífica” chinesa—da China a partir de 1970, principalmente, onde o governo comunista chinês investe pesadamente na sua economia, é o que traz a discussão de um possível declínio da hegemonia estadunidense. O continente africano, cujos países são ricos em recursos naturais, muitos deles essenciais para manter a economia dos países, desde muito, são alvos dos interesses dos países desenvolvidos e, atualmente, as relações sino-africanas e o crescente interesse chinês nestes recursos, colidem com a necessidade dos Estados Unidos de manter o controle hegemônico. Para entender a relação sino-africana de hoje e entender o interesse chinês sobre a África desde a Conferência de Bandung, é necessário entender como essa relação se formou, para assim compreender o lugar da África em meio as disputas entre potências, suas fortes relações com o continente africano e esta relação perante um possível declínio dos Estados Unidos são os assuntos que irão reger este trabalho. Dessa forma, S será levado em consideração, além do histórico destes Estados-países e do continente africano, os conceitos de hegemonia e imperialismo na atualidade.

Palavras-chave: Século 21 Relação sino-africana. Bandung. Ascensão chinesa. Relações sino-africanas. Declínio. Ascensão.

ABSTRACT

~~The international system since Westphalia is marked by declines and ascensions of hegemonies and brings to the new 21st century great prospects regarding new emerging economies, among them China. The Chinese economic rise since 1970, its strong relations with the African continent and this relationship before a possible decline of the United States are the subjects that will govern this work. In addition to the history of these states and the African continent, the concepts of hegemony and imperialism today will be taken into account.~~ The international system since the Congress of Westphalia (1648) is marked by declines and ascensions of hegemony and brings to the new 21st century great prospects regarding new rising economies, among them China. This country has strengthened mainly from the second half of the 20th century, and it is today a great economic power. Since its Revolution (1949), China has sought support in the "non-aligned" countries, the so-called Third World countries, such as the African countries. The Bandung Conference (1955) was the beginning of an intense struggle between the Asian and African countries in the search for independence, being one of the great pillars of the current Sino-African relations.

China's "peaceful" economic rise since 1970, especially when the Chinese Communist government invested heavily in its economy, is what brings up the discussion of a possible decline in US hegemony. The African continent, whose countries are rich in natural resources, many of which are essential to maintain the economies of the countries, have long been targets of the interests of the developed countries and, currently, the Sino-African relations and the growing Chinese interest in these resources, collide with the United States' need to maintain hegemonic control. In order to understand the Sino-African relationship of today and understand the Chinese interest in Africa since the Bandung Conference, it is necessary to understand how this relationship have been formed, in order to understand the place of Africa amid the disputes between powers. Thus, in addition to the history of these countries and the African continent, the concepts of hegemony and imperialism today will be taken into account.

Keywords: Sino-African relationship. Bandung. Chinese Ascension. 21st Century Sino-African relations. Decline. Rise.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	87
2 ÁSIA E ÁFRICA NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA ORDEM MUNDIAL EUROPEIA: UM OLHAR TEÓRICO E HISTÓRICO SOBRE A EXPANSÃO DO CAPITALISMO E DOS VALORES OCIDENTAIS SOBRE O SISTEMA INTERNACIONAL.....	1413
2.1 O EXERCÍCIO DA HEGEMONIA EM DIFERENTES ORDENS INTERNACIONAIS: A EXPANSÃO DO OCIDENTE	1413
2. 2 O EXERCÍCIO DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: DECLÍNIO OU REAÇÃO?.....	1817

2.3 POR QUE HÁ TANTO INTERESSE OCIDENTAL SOBRE O CONTINENTE AFRICANO?.....	<u>2019</u>
2.4 O ORIENTE COMO ALVO DA EXPANSÃO IMPERIALISTA EUROPEIA	<u>2726</u>
2.5 A ERA DE GUERRA TOTAL: O DECLÍNIO DO MUNDO EUROCENTRADO E AS MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	<u>3130</u>
3 OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG: A VOZ DO TERCEIRO MUNDO.....	<u>3433</u>
3.1 OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA E ÁSIA.....	<u>3534</u>
3.1.1 África.....	<u>3534</u>
3.1.2 Ásia.....	<u>4039</u>
3.2 A ORDEM BIPOLAR DA GUERRA FRIA E O MOVIMENTO DOS “NÃO-ALINHADOS”	<u>4342</u>
3.3 ÁFRICA E CHINA DURANTE A ORDEM INTERNACIONAL DA GUERRA FRIA	<u>4443</u>
3.3.1 A construção da China comunista: o nascimento de uma potência.....	<u>4645</u>
3.3.2 A África na contínua luta contra os regimes coloniais.....	<u>4847</u>
4. O ESPÍRITO DE BANDUNG E ÁFRICA: SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO OU UMA NOVA FORMA DE IMPERIALISMO?.....	<u>5452</u>
4.1 A CONFERÊNCIA DE BANDUNG EM 1955	<u>5452</u>
4.1.1 O Movimento dos Não-Alinhados.....	<u>5755</u>
4.2 COOPERAÇÃO ÁSIA-ÁFRICA NO ESPÍRITO DE BANDUNG	<u>6058</u>
4.2.1 Forum de Cooperação China-África - 2000	<u>6260</u>
4.3 CHINA-ÁFRICA: COOPERAÇÃO DUVIDOSA	<u>6462</u>
4.4 RELAÇÃO DA ASCENSÃO CHINESA SOBRE A ÁFRICA E A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS	<u>6967</u>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	<u>7371</u>
REFERÊNCIAS	<u>7573</u>

1 INTRODUÇÃO

Os acontecimentos no decorrer dos séculos 19 e 20 ocasionaram em enormes mudanças no sistema internacional. Desde então, viu-se a queda da Grã-Bretanha como hegemonia. Dentro deste contexto, principalmente após as duas Grandes Guerras, surge uma nova ordem internacional ocidental liderada pelos Estados Unidos da América.

Desde o século 19 a expansão do capitalismo tem sido operacionalizada por hegemonias da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. (ANDERSON, 2015). A hegemonia envolve, de maneira geral, a capacidade de liderança de um Estado sobre outros. (PEREIRA, 2010). Para isso, é necessário que o Estado hegemônico exerça seu poder de persuasão sobre os Estados dominados, fazendo com que estes queiram o que é de seu interesse, e desta mesma forma deve manter sua hegemonia. Por outro lado, para manter esta situação, o Estado hegemônico deve ceder de alguma forma (econômica, política e/ou militar) para atender, em partes, as demandas dos Estados subordinados, para lhes passar certa confiança. Desta forma, hegemonia é entendida como a junção do *soft Power*¹ com o *hard Power*² (NYE JR, 2002) de um Estado, ou seja, por meio de investimentos financeiros, alianças comerciais e políticas, além da influência cultural, este Estado hegemônico exerce sua liderança. Os Estados Unidos vêm agindo desta forma desde o fim da segunda Guerra Mundial, da qual saiu com grandes vantagens perante os demais Estados do sistema internacional: a Europa estava em “pedaços”, Japão necessitava de auxílio econômico, investimentos, assim como diversos outros países do sistema internacional. (ANDERSON, 2015).

A liderança ocidental vem se expandindo para outros cantos do mundo desde o fim da Guerra Fria. Embora os Estados Unidos tenham saído vitoriosos, não restaram dúvidas que esta guerra deixou ~~ou~~ marcas e que estas “assombrariam” suas decisões por alguns anos. Este fato fez com que surgissem incertezas e debates sobre a capacidade de liderança e seu poder hegemônico até então acreditado. Tais debates ~~seguiam-se~~ seguem-se basicamente sobre dois

¹ Utilizado por Joseph Nye a partir de 1990, *soft Power* é o poder brando, em português. É o poder de persuasão que um Estado possui com base nas suas fortes e influenciáveis cultura e mídia, principalmente, fazendo com que os demais atores do sistema internacional façam o que é de interesse deste Estado. Entende-se como poder, a capacidade que um Estado tem de fazer valer suas vontades sobre os demais.

² Ao contrário do poder de persuasão (~~que é o~~ *soft Power*), o *hard Power* é o poder coercitivo, ou seja, o uso estratégico do poder econômico, político e militar sobre outros Estados. É a utilização da força, como ~~a~~ intervenções em outros territórios devido a um interesse nacional.

pontos de vista: o declinista declínio e o renovacionista meta para co-mé a hegemonia americanaestadunidense.

Sobre o ponto de vista declinista, procurou-se identificar sinais de enfraquecimento para indicar um possível declínio do poder hegemônico dos Estados Unidosnorte-americano. Um dos argumentos do pensamento declinista citado por Pecequillo (2001), é o surgimento, após o fim dos conflitos mundiais (falando neste caso de conflitos que envolveram todos os Estados direta ou indiretamente) de diversos conflitos regionais³, sem um Estado intervindo para controlar a situação. Arrighi (1996) entende que, devido as grandes expansões financeiras na Ásia, que vem adequando novos atores no sistema internacional, também cria uma maior competição interestatal capitalista que, em seu ponto de vista, se segue durante os próximos anos (século 21). Essas expansões financeiras, segundo Arrighi (1996), fizeram com que os Estados Unidos precisassem reestruturar e reorganizar sua indústria e economia e, em seu ponto de vista, estes fatos marcavam um declínio do poder hegemônico norte-americanoestadunidense, dando espaço para outros poderes.

Por outro lado, o ponto de vista renovacionista entende que o poder hegemônico dos Estados Unidos é exercido estrategicamente durante este período de expansões financeiras que, aliás, ele mesmo tem colaborado. Diz-se que sua capacidade de exercer controle neste momento é uma estratégia para manter sua liderança. (NYE JR., 2002). Com base nestes pensamentos, surgiram e há ainda nos dias de hoje, estudos que analisam todos os fatores que levariam os Estados Unidos a um fim hegemônico ou a uma continuidade do seu poder.

As teses que apontam para um declínio da hegemonia norte-americanaestadunidense passam, entre outras coisas, pela ascensão de novos atores à posição de protagonistas no sistema internacional. Durante o século 20, o Japão manteve seu crescimento econômico, tendo os Estados Unidos como parceiro comercial. Porém, fatores como as recorrentes crises financeiras enfrentadas, o país teve um declínio na sua economia, não avançando como o esperado. Neste período, a China ganha destaque nas relações internacionais, iniciando parcerias estratégicas com os Estados Unidos.

A China teve sua história construída sobre intensa instabilidade política, marcada por intervenções e explorações estrangeiras além de intensas guerras civis que colocaram em risco uma fragmentação do país. Após a proclamação da República Popular da China (tornando-se a China comunista), a mesma continuou com dificuldades em se estabilizar política,

³ Estes seriam conflitos que ocorrem devido as diferenças étnicas, políticas, religiosas em um determinado país, o que o torna ou deixa instável ou, muitas vezes, é consequência de uma forte instabilidade política.

econômica e socialmente. Foi somente após a Revolução Cultural⁴ e, politicamente com a aproximação estratégica dos Estados Unidos, a partir de 1971, na década de 1970, que o país conseguiu se reerguer e dar um salto para o processo de reinserção no sistema internacional. Esta nova fase da política externa chinesa, ficou conhecida como ascensão pacífica ou desenvolvimento pacífico da China, que se revela sob dois pilares: o político estratégico e o econômico. Ambos os pilares, tiveram início na década de 1970, em uma China orientada pelo Partido Comunista Chinês (PCC): politicamente, com a aproximação estratégica com os Estados Unidos (o que resultou mais tarde na sua entrada para o Conselho de Segurança das Nações Unidas) e, economicamente, com a implementação da Política das Quatro Modernizações, em 1978, caracterizada por pesados investimentos na agricultura, indústria, entre outras áreas, em busca do crescimento econômico. (PECEQUILO, 2014).

Neste mesmo contexto, há o avanço nas relações da China com o continente africano, principalmente, com os países ricos em recursos energéticos. O rápido crescimento econômico da China, que teve como consequência os altos índices de urbanização, aumentou a necessidade por estes recursos energéticos, como o petróleo. (PECEQUILO; CORIVAL, 2014;

LYRIO, 2010). A necessidade cada vez maior deste produto, entre outros fatores, levou a China a investir em diversas áreas do continente africano em troca de benefícios comerciais, além de garantir um mercado consumidor para seus produtos manufaturados.

Embora a África mantenha suas relações econômicas com o Ocidente, a China tem seu papel respeitado no continente e um dos fatores é por manter uma política de não intervenção no modo de governo dos Estados africanos, respeitando sua soberania, ação que é muito bem vista por estes Estados. Esta ação não acontece pelo lado ocidental, que impõem exigências aos países africanos para que se adequem a um governo democrático para, assim, iniciar investimentos na região. (RYSZYK, 2010).

A peculiaridade da economia e política chinesa intriga e se diferencia das demais economias capitalistas, pois este país conseguiu conciliar seu sistema de governo socialista com uma economia de mercado capitalista (se mostrando como uma alternativa para governos não favoráveis ao capitalismo, o que inclui alguns países da África) e, após superar muitos desafios na sua política interna, se reergueu de tal maneira que, hoje, vê-se este Estado como um grande desafiador da ordem hegemônica atual. (MEDEIROS, C. 1999; PECEQUILO, 2014).

⁴ De acordo com Lyrio (2010), a Revolução Cultural da China teve início no governo de Mao Tsé-Tung e ficou caracterizada por um período de intensa ditadura, onde se buscava implantar à força o modelo comunista em todo o território chinês. A dita Revolução teve fim em 1976, com a morte de Mao Tsé-Tung.

Diante do contexto acima apresentado, pretende-se neste trabalho analisar o nascimento da cooperação entre a África e a China após os períodos coloniais e a ascensão chinesa sobre o continente africano perante o sistema hegemônico atual. Desta forma, o questionamento que orienta a pesquisa é: **qual o lugar da África na expansiva política externa da China atual?**

Para responder à pergunta, foi traçado como objetivo geral desta pesquisa compreender os desdobramentos da ascensão da influência chinesa sobre o sistema internacional, dando especial destaque para as relações entre a China e a África. Para alcançarmos este objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) debater o percurso histórico da República Popular da China nas relações internacionais; b) debater o impacto dos desdobramentos da ascensão chinesa para a hegemonia ~~norte-americana~~estadunidense; c) analisar as relações África-China à luz dos debates sobre ascensão e declínio de hegemônias.

Esta pesquisa se faz relevante devido ao atual cenário mundial, após a Guerra Fria. Este cenário marcou a concretização do capitalismo como sistema econômico mundial, além de relações multilaterais e um período de relativa paz, onde os Estados passaram a investir no seu próprio desenvolvimento, deixando de lado a expansão territorial. A hegemonia dos Estados Unidos passou a refletir não somente no Ocidente, como também nos países do Oriente. O declínio de potências como o Japão ~~na segunda metade do século 20~~final do século 20 e a rápida ascensão da China no sistema internacional ~~na mesma época~~final do século 19, avançando seu *soft Power* para todos os continentes, buscando se fortalecer, conquistar aliados e parceiros comerciais marcam ainda mais os debates sobre declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica.

Dentro deste contexto, os países periféricos ganham nova importância e fortes investidas perante as grandes potências, - devido suas riquezas naturais, como o petróleo principalmente - que é hoje de suma importância para a manutenção das economias capitalistas. Tanto a China quanto os Estados Unidos investem no continente africano em busca de um mercado produtor de matérias-primas e um mercado consumidor para seus produtos. (RYSZYK, 2010).

Desta forma, sobre os debates de possível declínio da hegemonia ~~norte-americana~~estadunidense e ascensão ameaçadora da China, surge o interesse de entender como esse cenário foi construído e como fica o continente africano em meio à esta disputa entre China e Estados Unidos no atual sistema internacional.

No presente trabalho, será analisado a relação e a influência da China na África. A África tem sua história marcada pela exploração de impérios colonizadores e por conflitos internos, estes últimos permanecem até os dias atuais sem previsão de fim. Durante o século 20, Desde o fim do século 20, os países da África foram rapidamente ocupados por novos atores por outros países, principalmente até o início da Guerra Fria, recebendo investimentos em troca de interesses econômico estrangeiros comerciais. Neste mesmo período, tem-se a independência de muitos países africanos conquistavam sua independência, e o entendimento da atuação chinesa sobre eles este último fato é de extrema importância para compreender os acontecimentos atuais, pois, com uma nação em ascensão com possibilidade de adquirir um status a ser comparado com a potência hegemônica atual, que rege o mundo em todos os âmbitos, é de extrema importância para a comunidade nacional e internacional entender estes fatos.

Para a realização de uma pesquisa em Relações Internacionais é necessário que se siga alguns procedimentos para a sua eficácia e veracidade. Para isso, é preciso abordar a forma que ela será feita, como será produzida e por quais meios serão coletados os dados. Dessa forma, é importante e necessário classificá-la quanto aos procedimentos técnicos utilizados, aos seus objetivos e forma de abordar o problema. A seguir, o estudo aqui proposto será desta maneira, apresentado quanto à sua metodologia.

O método científico, de maneira geral, pode ser classificado em dois tipos: métodos de abordagem e métodos de procedimento.

Os métodos de procedimento estão vinculados às etapas de aplicação das técnicas de pesquisa e caracterizam-se por apresentar um conjunto de procedimentos relacionados à coleta e registro dos dados pesquisados. Dessta forma, o método de procedimento está relacionado ao fazer, enquanto o método de abordagem está relacionado ao pensar. Quanto aos procedimentos a serem utilizados para a coleta de dados, serão o **bibliográfico** - por meio de pesquisa e coleta de dados em livros e artigos científicos de autores como Cristina Pecequilo, Samir Amin, Immanuel Wallerstein, Henry Kissinger, para que tenha um conhecimento maior sobre os conceitos de hegemonia, imperialismos e colonialismo, bem como entender as relações políticas e econômicas entre os Estados que serão analisados nesta pesquisa – e **documental** - por meio da análise de documentos como: a Declaração de Bandung (1955); as seis conferências do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC); e o documento referente a *New Asian-Africa Strategic Partnership* (NAASP, 2005). Todos eles são essenciais para entender como aconteceu e acontece as relações sino-africanas. Dessa forma, os instrumentos a serem utilizados para coleta de dados serão o levantamento bibliográfico e documental.

A respeito de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa **exploratória** ~~trata-se de pesquisas~~—cujo objetivo é esclarecer, abordar fatos, até constituir hipóteses sobre um determinado tema. Com base nas pesquisas a serem feitas por meio de livros, artigos, documentos (pesquisa bibliográfica e documental), entre outros, pretende-se obter um conhecimento mais aprofundado do assunto aqui abordado. (GIL, 2002). Quanto ao tipo de pesquisa, da sua abordagem, a pesquisa se classifica como **qualitativa**, pois, por meio da exploração de conceitos e dados históricos de teóricos, será reportado por meio de texto, conclusões do assunto tratado. (Gil 2002). De acordo com Gil (2002, p. 133), pode-se definir a abordagem qualitativa como uma “sequência de atividades, que envolve a redução de dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”. A pesquisa qualitativa organiza-se, então, em forma de textos, baseados em leituras teóricas mais profundas, para chegar-se em uma conclusão final.

2 ÁSIA E ÁFRICA NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA ORDEM MUNDIAL EUROPEIA: UM OLHAR TEÓRICO E HISTÓRICO SOBRE A EXPANSÃO DO CAPITALISMO E DOS VALORES OCIDENTAIS SOBRE O SISTEMA INTERNACIONAL

No presente capítulo será, primeiramente, abordado de acordo com autores, o conceito de hegemonia, que pode ser visto seu exercício durante a História das Relações Internacionais por poucos Estados. Debateremos como o Estado hegemônico consegue manter essa hegemonia perante os demais e como cada decisão pode afetá-lo a curto ou médio prazo. Para isso, será discutido sobre a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica no final da segunda Guerra Mundial. Será analisado como outros atores surgem no sistema internacional abalando o Estado hegemônico, ou seja, a contra-hegemonia. A fim de entender as relações atuais entre Ocidente, Ásia e África (que será tratado nos próximos capítulos), será abordado neste capítulo, como se formaram essas relações no século 19, como se deu o imperialismo do ocidente nestes dois continentes.

2.1 O EXERCÍCIO DA HEGEMONIA EM DIFERENTES ORDENS INTERNACIONAIS: A EXPANSÃO DO OCIDENTE

Desde o estabelecimento do sistema de Estados europeus, em concomitância com o desenvolvimento do capitalismo, o sistema internacional foi regido por potências imperialistas. No século 17 a França foi tida como potência hegemônica; no século 18 e 19, a Grã-Bretanha, que criou o conceito de equilíbrio de poder e este dominou a diplomacia europeia nos duzentos anos seguintes. No século passado, os Estados Unidos surgiram como grande e única potência hegemônica - após a Segunda Guerra Mundial - altamente influenciadora do sistema internacional, como nenhuma antes havia sido. (KISSINGER, 2001). É importante entender como se deu e o contexto destas hegemonias para entender o momento atual, tanto no lado ocidental, como a influência hegemônica no mundo.

Primeiramente deve-se entender que o sistema internacional desde o Congresso de Vestfália (1648) foi centrado nas disputas entre os Estados europeus (LESSA, 2005), ao menos até a hegemonia britânica.

Trataremos então do que nos traz ao Congresso de Viena, quando os países europeus unem-se por interesses em comum, pois a partir do mesmo alguns autores como Lessa (2005), Saraiva (2008) e Kissinger (2001) veem a mudança no sistema internacional.

Entre 1660 e 1815, a França foi o mais poderoso país europeu. Esse fato se concretizou principalmente pelo fato de os demais países europeus estarem ocupados resolvendo suas rivalidades, momento em que a França teve forças para crescer. (LESSA, 2005).

Após algumas guerras com a Grã-Bretanha, a última iniciada em 1803, a França perde força e aliados – aliás, àquela altura, tinha muitos inimigos. A Grã-Bretanha, por sua vez, buscou se fortalecer ao longo dos séculos enquanto a França reinava. Além do fato de ter derrotado a França, a localização geográfica, economia e parte financeira fortificada, fizeram com que a Grã-Bretanha conquistasse maior prestígio e influência em âmbito internacional.

A figura de Napoleão Bonaparte deixou marcas e ensinamentos de como age uma potência hegemônica que busca a expansão principalmente. Para Saraiva (2008), a França de Napoleão Bonaparte desestabilizou o já fragilmente equilibrado sistema internacional. Para o autor os Estados obtêm um sistema de equilíbrio de poder por meio de negociações com base em interesses em comum, por meio de acordos e regras impostas por eles mesmos que, embora limite suas ações, cria um ambiente favorável para todos os lados (na maioria dos acordos internacionais, afinal, este é o intuito). Estas, porém, não foram as ações adotadas pela França, que buscava expandir seu território e ~~seus ideais iluministas~~ ~~busca de “enriquecimento”~~, esquecendo-se das suas próprias necessidades para se manter no poder. O Congresso de Viena, em sua teoria, nasce com o propósito de evitar que um outro Estado tente assumir este mesmo papel que a França de Napoleão fez. Para Saraiva (2008), a única forma de uma potência hegemônica sobreviver, ~~seria~~ ~~é~~ se incorporando na ordem internacional, entendendo seu papel e mantendo um equilíbrio entre os Estados.

Hobsbawn (1994) acredita que o Congresso de Viena foi uma junção de legitimidade e poder que fez a ordem internacional encontrar um equilíbrio. Segundo o autor, esse equilíbrio pode ser encontrado a partir do momento que os países, as potências da época se uniram por terem interesses em comum.

As estratégias encabeçadas pela Grã-Bretanha sobre um imperialismo liberal pré-Congresso de Viena, demonstraram o poder de expansão gradativa do livre comércio que este país tinha sobre os demais. Controlando o mercado financeiro (por meio da Bolsa de Valores), influenciando ações em prol da manutenção da “paz” e, por consequência alcançaram o equilíbrio no sistema internacional. A posição mantida pela Grã-Bretanha foi essencial para elevar a mesma à “categoria” hegemônica e se manter no poder por longo prazo. (SARAIVA, 2008).

Os resultados obtidos pelo Congresso de Viena, de forma geral, foram satisfatórios, pois durante cerca de 100 anos não houveram conflitos em grande escala envolvendo as grandes potências. Hobsbawn (1994) diz que o equilíbrio de poder induziu os Estados a um senso de justiça comum, o que reduziu as oportunidades do uso da força.

Complementando o pensamento de Hobsbawn, Lessa (2005) diz que a Grã-Bretanha costumava pensar e agir não somente com o objetivo de crescimento próprio, ~~como~~ mas também dos Estados ao seu redor. Ela agregou na sua política internacional interesses macroeconômicos, pois houve a percepção que uma ordem internacional organizada seria o melhor para um bom desenvolvimento. Dessa forma, a Grã-Bretanha procurou intervir em certas ocasiões que a seu ver pudessem causar conflitos maiores; incentivou a descolonização das Américas e impediu a tentativa de recolonização pela Espanha e Portugal; exigiu a integração da França no Concerto Europeu sem punições a este país (devido aos conflitos por ele causados); não se impôs aos movimentos liberais e constitucionais. (SARAIVA, 2008; LESSA, 2005). Porém, não conseguiu evitar os “pequenos” e constantes conflitos intereuropeus que, mais cedo ou mais tarde, a Grã-Bretanha teria participação ativa.

Durante a primeira metade do século 20, principalmente durante e após as guerras mundiais, ~~Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial,~~ os Estados europeus não conseguiam mais sustentar seu poder. ~~a~~ Alguns encontravam-se em conflito com outros em seu próprio território, como a França; outros estavam falidos, como a Grã-Bretanha, que já não conseguia sustentar sua própria economia, muito menos das suas colônias. Foi o início de uma nova ordem internacional, que se concretizou após o fim da Segunda Guerra Mundial. (SARAIVA, 2008).

Um conjunto de acontecimentos levou o enfraquecimento da Grã-Bretanha perante as colônias que hoje formam os Estados Unidos. Após a Guerra dos Sete Anos, lutando principalmente contra a França, a Grã-Bretanha passou por uma forte crise econômica embora tenha saído vitoriosa da guerra. Se viu obrigada a diminuir suas investidas na Marinha, aumentou impostos e impôs leis extremas em suas colônias (futuro Estados Unidos). Estas ações fizeram com que os conflitos entre colonos e ingleses se fortalecessem, o que foi uma das causas da independência dos Estados Unidos em 1776. Outros fator que levou a independência foi a ausência da Grã-Bretanha nestes territórios, pois estava focada em conflitos intereuropeus, deixando espaço para os ~~norte-americanos~~ Estados Unidos se organizarem. Após grande conflito com o apoio de França e Espanha contra a Grã-Bretanha, os ~~EUA~~ Estados Unidos conseguiram sua independência. (LESSA, 2005).

A partir do final do século 18 e início do 19, os Estados Unidos começavam sua trajetória rumo ao desenvolvimento. A Grã-Bretanha, por sua vez, procurou acompanhar estas mudanças, por vezes incentivando as mesmas, tentando manter sua hegemonia. No período entre 1820 à 1870, o país investe em expandir o liberalismo econômico pelo mundo, pois o caminho do livre comércio beneficiaria seu próprio desenvolvimento: começou pela América do Sul, depois Mediterrâneo (Império Otomano), seguiu para a Ásia (China e Japão principalmente) e África. A Grã-Bretanha teve sucesso em diversas “negociações” e aberturas comerciais, como também teve quem a confrontasse mais abertamente. A China, por exemplo, sofreu muito com a intervenção europeia em sua economia, principalmente pelo estímulo europeu no narcotráfico para aquela região. (CERVO, 2008).

Durante o século 19, o mundo passa pela transição do mercantilismo para o imperialismo econômico guiado pelo livre comércio - tendo em vista que os Estados viam-se obrigados a migrar para o liberalismo econômico para se manter no sistema internacional. Segundo Saraiva (2008), o Congresso de Viena permitiu ~~em~~ que as potências europeias dominassem o sistema internacional, levando o imperialismo econômico a todos os cantos do globo. Desde o Congresso, as políticas externas tem relacionado as nações entre si, mantendo uma interdependência entre elas. (HOBSBAWN, 1994).

Se tratando da hegemonia dos Estados Unidos, desde sua independência (~~em~~ 1776), o país vem aumentando seu poder imperial quase que de forma contínua. (ANDERSON, 2015). Amin (2003) diz que as lutas entre impérios, que resultam na ascensão de um à potência hegemônica, é o que molda o capitalismo em cada período hegemônico. Ele também diz que, o poder exercido pelos Estados Unidos hoje, é imperialista, pois o capitalismo é regido pelo imperialismo. O imperialismo, segundo Amin (2003), seria a subordinação do mais fraco perante o mais forte. E nessa relação, quanto maior for o capital da potência, maior a desigualdade e maior essa subordinação. Amin acredita que o antigo imperialismo apenas mudou sua face após 1945, se tornando um imperialismo “coletivo”, comandado por um grupo de países e não multilateralmente como era desde o século 16: formou-se então, a tríade: Estados Unidos da América, Europa (ocidental e central) e Japão. Embora os Estados Unidos tenham passado por ~~um momento de crise~~ momentos de tensão, onde algumas vezes buscaram se afastar (o dito isolacionismo) principalmente após a Guerra Fria, essa situação se manteve. Quanto aos debates sobre o declínio do poder ~~estadunidense norte-americano~~, Amin (2003) acredita que, para exercer uma hegemonia, o Estado precisa abrir mão de decisões que poderiam lhe beneficiar, para manter uma harmonia no sistema internacional, desde que não prejudique sua posição.

2. 2 O EXERCÍCIO DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS: DECLÍNIO OU REAÇÃO?

A hegemonia dos Estados Unidos se exerce através de sua forte economia, devido ao domínio da moeda mundialmente utilizada nos negócios internacionais, o dólar (HOBSBAWN, 2000); é uma potência militar⁵; possuem um território estrategicamente localizado, distantes de toda e qualquer outra potência, com livre acesso a leste e oeste ao oceano e protegido ao norte pelo Canadá e ao Sul pelo México.

Outra característica de uma potência hegemônica e que determina sua manutenção no poder ou não, é seu poder de persuasão e coerção. O primeiro diz respeito ao poder ideológico assumido pela potência, guiado pela sua influência por via da cultura, mídia, etc. Uma hegemonia tem o poder de persuadir outros Estados, a fazerem o que é de seu interesse, porém, fazendo-os acreditar que seja de interesse comum à todos (*soft Power*). O segundo poder, o da coerção, conforme seu nome, diz respeito ao poder militar, econômico de uma potência perante outras (*hard Power*). Estes fatores tornam este Estado uma potência hegemônica nos dias atuais. (NYE JR., 2006).

Entende-se que a hegemonia de um Estado ou o declínio da mesma, tem como principal motivo, a ascensão de outras potências. Então, consegue-se mensurar esse poder hegemônico com base nos avanços e retrocessos de outras potências ao redor. (AMIN, 2003).

Os debates acerca do declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica iniciaram-se já em 1989, ao final da Guerra Fria. Diante dos esforços deste país e de sua rival na época, União Soviética, ao final da guerra, ambos os países tiveram que arcar com as consequências de anos que deixaram de lado a economia interna e, por vezes, relações externas com outros Estados. (PECEQUILO, 2001). Dessa forma, os Estados Unidos, tidos como potência hegemônica após 1945, ~~tiveram~~ tiveram que se distanciar um pouco do seu “cargos” para se reorganizar internamente. Pensou-se que seria o fim dessa potência, que o mesmo se isolaria, como já fez anteriormente. Porém, logo ~~em~~ em seguida o discurso ~~norte-americano-estadunidense~~ norte-americano-estadunidense voltou com força e determinação, ~~buscando~~ buscando de espalhar a ~~“forma~~ “forma democrática de governar” pelos países do mundo. (KISSINGER, 2001). Conforme acredita Anderson (2015), embora

⁵ Conforme dados da Defesa Net (2016), os Estados Unidos continuam sendo o país que mais possui gastos militares, ~~com~~ com cerca de US\$ 611 bilhões. Logo após, em segundo lugar, está a China com cerca de US\$ 215 bilhões.

tenham ocorrido mudanças no sistema internacional, com o surgimento de novos atores, os Estados Unidos mantêm sua hegemonia no sistema político e econômico mundial. Pecequilo (2001), diante dos fatos do recente ~~século final do século~~-20, acreditava também que o século 21 seria liderado, ao menos no começo, pelos Estados Unidos.

Saraiva (2008) relembra que, quando os Estados Unidos iniciaram sua caminhada rumo a uma potência industrial, a atenção da Grã-Bretanha estava voltada para as disputas hegemônicas na Europa. Seu declínio depois de alguns anos foi devido, entre outros fatores, a ascensão de novas potências hegemônicas no sistema internacional. Hoje, diante do surgimento de novos atores como a China, - com uma forte economia diferenciada, política externa abrangente, investindo em praticamente todos os continentes – não só os debates sobre o declínio dos Estados Unidos aumentaram como também surgem os debates sobre uma possível ascensão da China a categoria de potência mundial. Rebatendo o possível declínio dos Estados Unidos, Kissinger (p. 887, 2001) acredita que:

A ascensão de outros centros de poder – na Europa Ocidental, no Japão, na China – não deve alarmar os americanos. Afinal, compartilhar dos recursos do mundo e do desenvolvimento de outras sociedades e economias, tem sido um objetivo particularmente americano, desde o Plano Marshall.

Esta afirmação de Kissinger confere com a política externa chinesa descrita por Pecequilo (2014) e Lyrio (2010) de que a mesma não tem a intenção de se tornar uma potência hegemônica, mas sim, apenas assegurar sua economia de forma pacífica, privilegiando seus interesses, sem intervenção na soberania de outra nação.

Vale mencionar a teoria “All-under-heaven” descrita por Zhao⁶. Nela, ele descreve o conceito de uma boa governança pelo modo chinês e como um verdadeiro imperador deve agir para que o reinado seja bom para o seu povo. Basicamente, trata-se de governar agindo em prol do seu povo, e pensando de maneira universal com relação ao mundo. Então, além de obter terras e agradar o seu povo, a teoria abarca o conceito de instituição mundial, seria a parte política, a utopia de o mundo como uma só família. Segundo o autor, agindo dessa forma, deletaria a questão do poderio militar dos impérios ao longo da história, como se não precisassem utilizá-lo, afinal, o mundo seria formado por cooperações internacionais. (ZHAO, 2006).

⁶ Tingyang Zhao, é professor e pesquisador do Instituto de Filosofia na Academia chinesa de Ciências Sociais, em Beijing, China.

Trazendo este conceito para os dias atuais, como o autor menciona, seria o mundo guiado pela “*world theory*”, onde as ações internacionais como as feitas pela Organização das Nações Unidas (ONU), seriam voltadas tanto para o bem dos Estados desenvolvidos quanto ~~des-para os~~ Estados do Terceiro Mundo, por exemplo.

Para Anderson (2015), hoje os Estados Unidos enfrentam muitos obstáculos para manter sua hegemonia, como o surgimento de novos e fortes atores no sistema internacional, principalmente a China, que constrói uma forte relação financeira com o mundo; enfrenta também a ameaça terrorista causada principalmente pelos diversos conflitos no Oriente Médio, entre outras. Porém, os Estados Unidos estão mantendo o controle utilizando as estratégias que utilizam desde o início de seu poder hegemônico, que são: seu poder de persuasão, coerção, que inclui principalmente os poderes militar e econômico.

2.3 POR QUE HÁ TANTO INTERESSE OCIDENTAL SOBRE O CONTINENTE AFRICANO?

As discussões sobre hegemonia no sistema internacional, em nome da expansão do capitalismo não estão descoladas da História das Relações Internacionais. O capitalismo de modelo liberal em sua expansão está baseado no imperialismo sobre regiões inteiras, como África, Ásia e América Latina. Hobsbawm (1994) diferencia os tipos de imperialismo que verificamos no século 19 e 20. Ele fala que no período de 1874 à 1914, o mundo enfrenta o imperialismo colonial na África principalmente. Já na China e na América Latina, o autor trata do imperialismo por zona de influência.

~~No~~ Durante o período mencionado, na África, o imperialismo colonial levou a divisão de todo o território africano entre os impérios europeus (HOBSEBAWN, 1994), causando maior desestabilidade e consequências que abalam a população africana até os dias de hoje. Enquanto na Ásia, boa parte de seus Estados já eram independentes, porém, os impérios europeus ainda possuíam zonas de influência ou mesmo administração direta na região, podendo assim controlar todos os passos políticos e econômicos dos Estados teoricamente independentes, inclusive possíveis alianças que eles podem fazer entre si ou com países de outros continentes.

O imperialismo na África e Ásia durante o século 19 foi incentivado principalmente pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no fim do século 18. A Revolução abriu espaço para a busca dos países europeus por poder econômico na intensa disseminação do livre comércio. Era o imperialismo do livre comércio, onde os Estados exploradores dominariam

terras para administrá-las com o auxílio dos nativos de cada região (seja por força ou por sobrevivência). Isso marcou, por exemplo, as relações da Europa com os países recém independentes na América Latina. O próprio Concerto Europeu tinha como regra a intervenção em outros territórios para manter o equilíbrio de poder mundial e as independências destes Estados (no início do século 19) foram altamente controladas pelos europeus. Segundo CERVO (2008) era de interesse britânico a independência formal destes Estados para que se tornassem independentes economicamente da Europa e, assim, o imperialismo ali seria por meio de zonas de influência, muitas vezes não de forma direta. A revolução trouxe aos europeus primeiramente a necessidade de mão-de-obra em suas indústrias, para ampliar seu comércio de bens e desenvolver suas economias. (CERVO, 2008; SARAIVA, 2008).

A independência dos Estados Unidos foi fator determinante para a expansão do liberalismo para o restante do mundo, onde ainda não havia atingido. Como os países europeus perderam domínio de suas colônias no ocidente, viram a necessidade de investir no Oriente e neste caminho, África e Ásia se tornaram grandes alvos. (AJAYI, 2010; LESSA, 2005).

Com este enfraquecimento europeu perante suas colônias ocidentais, surgiram dúvidas à respeito de manter ou não a colonização. Os Estados passaram a questionar o quanto valeria a pena para o comércio internacional e para o liberalismo. Para manter seu ritmo de industrialização e continuar a expansão do capitalismo, a Grã-Bretanha sentiu-se forçada a recorrer a mudanças. Então, antes que sua economia sentisse esse enfraquecimento, o país deu força ao liberalismo econômico. (LESSA, 2005; SARAIVA, 2008). Para manter os Impérios e a colonização, seria necessário modificar a forma de exploração, fazendo com que se encaixasse no sistema liberal, desfazendo a visão “ruim” da colonização e aumentando as trocas comerciais para que, de certa forma, satisfizesse as suas ainda colônias. A Inglaterra decidiu, então, por volta de 1806, abolir o tráfico de pessoas e, em 1833, abolir a escravidão. No anos seguintes, outros Estados seguiram seu exemplo. (SARAIVA, 2008).

Porém, a dominação europeia sobre o continente africano tem raízes em outro tempo. Dominada em seus séculos mais recentes por potências imperialistas, a história do capitalismo na África se baseia na exploração do povo africano e de seu território desde a “descoberta” portuguesa dessas terras, no século 15. As suas riquezas naturais chamaram a atenção de todas as potências colonizadoras desde meados do século 14. (BOAHEN, 2010).

Essa fase do colonialismo africano é marcada pela importância da força de trabalho africana para as navegações marítimas. Para uma maior exploração territorial, as potências navegadoras da época exploravam também os povos que encontravam em cada território, entre eles estavam os indígenas e africanos, principalmente. A “demanda” pela força de trabalho

destes povos levou a escravidão e tráfico deles tanto para a Europa quanto para as demais colônias europeias, na América do Sul, por exemplo. As explorações territoriais europeias visavam acima de tudo a busca por capital: adquirindo novos mercados produtores e consumidores por meio das matérias-primas africanas. Visto que o sistema internacional era regido pelo mercantilismo (acúmulo de riquezas), a África tornou-se a região perfeita para este tipo de “negócio”, - que atraiu diversos impérios como o português, francês, britânico e espanhol - uma região vulnerável e rica em recursos naturais, tais como ouro e diamantes, (NIANE, 2010). Este período de colonização da África foi marcado pelo intenso tráfico de pessoas para todas as partes do globo, para serem escravizados. Por ser um continente com metais preciosos, como o ouro e diamante, a exploração foi intensa e com o passar dos anos chamou a atenção de mais e mais Estados.

Ao longo dos anos e com o surgimento de novas potências colonizadoras, a expansão marítima tornou-se uma arma de guerra ainda mais forte, pois, o Estado que conseguisse “dominar o mar”, conquistaria mais territórios, por consequência obteria mais riqueza e poder.

O chamado novo imperialismo das potências europeias iniciado ao final do século 19 tem este nome devido a ser uma retomada da colonização europeia, principalmente sobre a África e Ásia, entre 1870 até o início da Primeira Guerra Mundial.

Conforme mencionado anteriormente, a Revolução Industrial e as independências nas Américas foram os principais motivos que levaram os europeus a buscarem mão-de-obra e recursos em outras regiões para manterem seu crescimento econômico. Por consequência, a abolição do tráfico de pessoas pela Grã-Bretanha, teve como objetivo o de explorar pessoas e recursos com base no discurso de purificação e “civilização” dos povos. Diante disso, a Grã-Bretanha passou a intervir no continente africano intensamente. Como um exemplo a se seguir, as demais potências europeias sentiram-se no direito de intervir na África também, tomar territórios e explorar seus recursos. Portugal, Holanda, França, todos estes adentraram o território africano chegando pelo litoral e, pelo final do século 19, penetraram o interior do continente. (AJAYI, 2010; SARAIVA, 2008).

Os povos africanos, mesmo aqueles que tinham capacidade de desenvolver sua economia interna agrícola, por meio de investimentos e criação de projetos como aconteceu com o Egito, sofreram imposições europeias perante tratados desiguais e forçosa abertura ao comércio internacional.

O comércio no continente africano era principalmente de produtos agrícolas. Segundo Montaigne (2010), o comércio europeu na África cresceu de forma tão rápida, devido

ao sistema de produção e de trocas comerciais que os africanos já tinham entre si. Até pelo fato de serem reinos e impérios não desenvolvidos, havia um entendimento de interdependência entre eles. Em algumas regiões como em Argel (hoje Argélia) foram necessários 20 anos de guerra com os franceses para, por fim, serem derrotados. As descobertas de ouro, diamante e tantos outros recursos naturais e essenciais para a industrialização intensificaram a concorrência colonial europeia na região.

Um dos problemas do avanço no comércio exterior africano, forçado pela entrada de estrangeiros, foi que este tipo de atividade não favoreceu a agricultura africana, que era base para a sobrevivência do continente tanto pela comida em si como também pelo vestuário, pelo alojamento da população. Este tipo de comércio, favoreceu o desenvolvimento industrial das potências, principalmente da maior potência da época, Grã-Bretanha. Ela não somente se beneficiava com as relações com a África, como também superava qualquer outro concorrente dentro do continente africano com sua industrialização mais avançada. Essa busca constante pelo desenvolvimento era parte da luta imperialista.

Ao final do século 19, a força de uma potência já não era provada somente por sua força militar, mas principalmente por sua potente industrialização. (WALLERSTEIN, 2010; SARAIVA, 2008; WALLERSTEIN, 2010). Por exemplo, a intervenção no Egito foi comandada pelo Concerto Europeu, porém os interesses da Grã-Bretanha prevaleceram, pelo fato de seu poder industrial ser maior. Além de submeter o Egito ao seu domínio, levando-o novamente à periferia do capitalismo, a Grã-Bretanha conseguiu barrar o crescimento francês na região e desfazer alianças entre Estados rivais, como a aliança turco-russa.

Em muitos territórios houve conflito até que os europeus conseguissem dominar a região para explorar. (LESSA, 2005). Boahen (2010) aponta algumas teorias utilizadas para explicar o interesse europeu sobre a África. Dentre elas, está o puro interesse econômico, que o autor utiliza para explicar toda a história de colonização. Quanto mais capital adquirido mais capital circulando, vindo do acúmulo adquirido na exploração do povo africano e de seu território.

Outra teoria, extremamente utilizada para conquistar ideologicamente o povo africano, foi a do Cristianismo evangélico. Utilizava-se o argumento de “regenerar” este povo, por meio de missões religiosas. Este discurso se completa ao da teoria do darwinismo social. Os europeus utilizavam a teoria da evolução das espécies, por Charles Darwin (1809-1882), como argumento para caracterizar um “processo civilizatório” pelo qual o povo africano deveria passar. (BOAHEN, 2010). Eles seguiam a ideia de que a “raça” branca era superior e as “raças

não evoluídas” ou primitivas deveriam passar por um processo para alcançar o nível civilizatório, submetendo-se ao domínio europeu.

Embora as potências europeias já estivessem na África anos antes, até 1870 a exploração da África se manteve de forma menos intensa, relativamente devagar: cerca de 20% somente do continente estava ocupado por países colonizadores. (BOAHEN, 2010). A situação se modificou intensamente após 1880, pois com as independências na América ao longo da primeira metade do século 19, países europeus como a França, Espanha, Portugal, Itália além da Grã-Bretanha, retomando intensamente o processo de colonização, agora em outras regiões: África e Ásia. Estes Estados passaram a agir de forma direta nas colônias o que serviria para evitar a perda das mesmas, como aconteceu com a Grã-Bretanha perante a independência dos Estados Unidos. (SARAIVA, 2008).

A Revolução industrial iniciada no final do século 18 e que se estendeu pelo século 19, foi um grande salto que as potências da época tiveram em suas economias, a alavanca da industrialização foi um processo longo e gradual que deu maior espaço para o imperialismo marcado pela ideia de expansão econômica e política, fazendo as potências procurarem ainda mais poder. Somado ao Congresso de Viena em 1815, a maior potência da época, Grã-Bretanha, conquistou maior poder no comércio internacional, dominando as rotas marinhas, ficando à frente das demais potências na questão da industrialização. (LESSA, 2005). Um dos grandes efeitos da Revolução Industrial para os países do terceiro mundo, foi a intervenção mais acentuada dos países europeus a partir de então, a procura de força de trabalho para suas indústrias, a procura de recursos para manter suas produções e inová-las, ou seja, para o desenvolvimento e crescimento econômico.

A partir de 1870 a situação do imperialismo na África se intensificou. A formação de alianças permanentes entre os países europeus, o fortalecimento dos Estados Unidos e Japão jogaram os países do terceiro mundo ainda mais para a periferia. A Grã-Bretanha passou a lidar com fortes concorrentes mundiais como a França, Estados Unidos e Alemanha, enquanto era afetada por uma crise econômica mundial entre 1873 e 1896. Todos estes acontecimentos influenciaram os acontecimentos na África colonizada, como o maior exemplo teve-se a partilha deste continente.

O imperialismo europeu sofreu mudanças visíveis a partir de 1870, período que os historiadores costumam marcar de 1871 à 1914, início da Primeira Guerra Mundial. Este período teve grande impacto nos países do Terceiro Mundo. Foi o período de apogeu das hegemonias europeias que, mesmo em tempos de paz, formaram alianças permanentes na busca de apoio perante seus interesses em comum. Este novo imperialismo fez que com todas as partes

do globo interagissem no sistema internacional, inclusive as que ainda não faziam parte ativamente do mesmo. E aconteceu de forma sangrenta em sua maioria, como nos casos acima tratados: na ocupação da África resultando na sua partilha entre as potências e na abertura chinesa para o mercado internacional. Importante ressaltar que não eram somente os Estados europeus, pois os Estados Unidos e Japão já eram tidos como potências coloniais no final do século 19.

A principal marca do imperialismo na África foi a partilha deste continente pelos países europeus, fato que transformou radicalmente a sociedade, economia e política africana e ocasionou em diversos conflitos étnico-culturais que persistem até os dias atuais. Este marco foi uma das ações feitas em conjunto entre os países do Congresso de Viena. (SARAIVA, 2008; WALLERSTEIN, 2010).

A partilha da África foi decidida durante a Conferência de Berlim em 15 de novembro de 1884. A conferência surgiu, a princípio, para discutir assuntos acerca da abolição do tráfico de escravos e “bem-estar” dos africanos, porém, havia grande interesse da Alemanha em impedir a expansão colonial francesa e britânica, principalmente, no continente africano. Dessa forma a Conferência terminou distribuindo territórios pelos Estados europeus e determinou regras à respeito dessas ocupações. Após isso, toda nação europeia que ocupasse uma determinada região da África deveria comprovar seu domínio ali para assim, ratificar seu protetorado. A partilha teve como justificativa a intenção de controlar a expansão de outros Estados para o continente assim como limitar a expansão dos próprios Estados europeus, sendo assim, cada Império teria seu “pedaço” de terra. E é claro, havia o interesse europeu em expandir a rede global de relações econômicas, estratégicas e políticas. Quanto ao objetivo inicial da Conferência, pouco se fez a respeito. (LESSA, 2005; SARAIVA, 2008).

A conquista dos territórios africanos pelos europeus foi relativamente fácil, pois, eles tinham todos os fatores a seu favor. Os recursos materiais e financeiros da Europa eram muito superiores aos da África; as missões religiosas e o discurso civilizatório eram armas ideológicas utilizadas para coagir os povos africanos e chegou a convencer certos grupos que optaram por colaborar com o processo de conquista. Este fato aconteceu durante toda a história do Imperialismo sobre os países africanos até suas independências, e uma das explicações é o fato de haver diversos e diferentes grupos étnicos rivais na África, que acabavam buscando na força militar estrangeira um apoio para derrotar seu “vizinho”. (BOAHEN, 2010; SARAIVA, 2008).

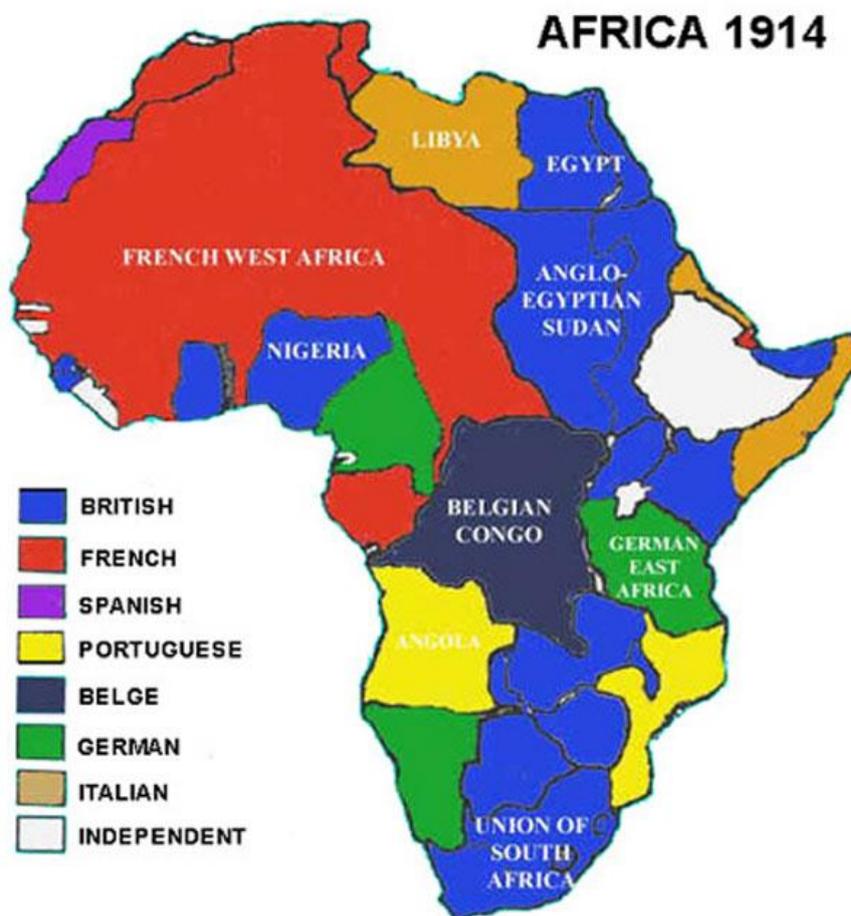
Entre 1880 até 1914 (período de intensa ocupação europeia) a África sofreu mudanças radicais por meio da ocupação estrangeira. Foi o período em que houve o maior

número de Estados exercendo abertamente o imperialismo ~~declarados imperadores~~. Também foi o período que houve a maior divisão de territórios para uma meia dúzia de Estados: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Itália e Espanha. (HOBSBAWN, 1994). Durante o imperialismo na África, os Estados tentaram investir e fazer com que bancos investissem em suas colônias, principalmente a Alemanha e França, porém não houve muito sucesso, as importações e exportações entre os impérios e suas colônias eram muito baixas e o desenvolvimento dessas últimas mais baixo ainda.

Após a “purificação moral” do colonialismo, os Estados europeus viam-se livres para “civilizar” as nações “atrasadas”. Este seria o novo imperialismo mascarado de “liberdade para os povos”, “democracia e paz para o mundo”. Seria o que muitos atores chamam de “novo imperialismo”. Saraiva (2008) trata dele como uma onda imperialista, voltada principalmente para a África e Ásia (SARAIVA, 2008).

As disputas imperialistas cada vez mais acentuadas entre as potências europeias, o crescente sentimento nacionalista entre os Estados e o surgimento do Império Alemão foram fatores que ocasionaram na Primeira e depois segunda Guerra Mundial. Próximo da eclosão da Primeira Guerra Mundial, exceto a América e a Europa, o restante do globo estava quase todo tomado pelas potências europeias, assim como a África tal como podemos perceber no mapa abaixo.

Figura 1 – A divisão colonial da África perante domínio europeu no século 20.



Fonte: SALES, Nívea. Descolonização da África e da Ásia. (Slideshare.net) 2017.

Conforme mapa acima, a África foi dividida entre os impérios europeus: britânico, francês, alemão, belga, português, uma parte singular dominada pelo império italiano e outra marginalmente ocupada pelo espanhol. A intensificação da concorrência colonial, as intenções da Alemanha em dominar mais do que a divisão territorial da Conferência de Berlim lhe permitia, as descobertas de ouro entre outras riquezas naturais no vasto território africano, todos estes fatores contribuíram para o início do combate na Primeira Guerra Mundial.

2.4 O ORIENTE COMO ALVO DA EXPANSÃO IMPERIALISTA EUROPEIA

Na Ásia, a Índia foi o grande foco britânico de exploração no século 19. Foi instalado um governo geral inglês, onde o idioma oficial passou a ser o inglês. A partir da dominação da Índia, os ingleses conseguiram dominar outros territórios, sendo este um dos motivos por este país ser tão importante para a Grã-Bretanha, além do fato de ser o maior mercado para os produtos ingleses e a segunda maior destinação dos investimentos externos

britânicos. Após rebeliões que tiveram repressões violentas, foi realizado em 1958 uma reforma do governo.

Para manter seus interesses nas áreas exploradas tanto na África quanto na Ásia, potências europeias começaram a instalar bases nos territórios dominados no século 19, de início provisórias mas que se tornaram permanentes. No mapa abaixo pode-se ver o imperialismo europeu sobre a Ásia no contexto da segunda Revolução Industrial.

Figura 2 – A divisão asiática entre os imperialistas durante século 18 e 19.



Fonte: SANTOS, Amparo. Colonialismo e Imperialismo: Continente asiático. *El legado de la Historia*. 2016.

Como pode-se ver no mapa acima, a China não esteve ocupada com bases fixas europeias, embora tenha sofrido intensas invasões em seu território e lutou bravamente contra a ocupação e abertura de seu mercado. Os resultados foram os diversos conflitos entre os chineses e europeus que afetou a economia do país asiático em cheio. Até início do século 19 a China detinha cerca de 30% da produção manufatureira do mundo (o Japão detinha 3,8%), porém, com a primeira Revolução Industrial que surgiu na Grã-Bretanha no fim do século 18 e

depois a segunda Revolução Industrial já no fim do século 19, fez com que a produção chinesa ficasse para trás.

A imensa mão-de-obra chinesa fez com que se prolongasse a utilização de máquinas que substituíam o trabalho manual no ocidente, sendo este um dos fatores que levou o atraso econômico chinês pós Revolução Industrial no ocidente. Outro fator, talvez um dos principais que impediu o crescimento e desenvolvimento da China foram os conflitos políticos internos, que acompanhavam a história chinesa desde as navegações do século 15. (AJAYI, 2010).

A China enfrentava já no final do século 18, grandes abalos na política interna, durante a dinastia Qing. ~~I, e iniciou o século 19 com convulsões internas e fragilização econômica internacional, já com a decadência da dinastia Qing. Ao longo dos séculos 19 e 20, a China mostrou que o povo chinês unido faria o país se reerguer. Por meio de inovações na forma de governar política e economicamente, Ao longo do século 20 a China conseguiu se ajustar politicamente para se re~~inserir no mercado internacional e ao mesmo tempo manter seus ideais comunistas, de uma forma nunca vista antes ~~e que impressionou o mundo, e que “deu certo”~~. (LYRIO, 2010). Era o início de um período de intensa crise e transição de sistema político, o que apenas se agravou com a intervenção europeia. (LYRIO, 2010).

A abertura da China à lógica econômica ocidental ocasionou em longos conflitos, sendo eles chamados de guerras do Ópio, como sendo mais de um episódio de conflito, embora tenha sido datado (1839-1842). Conforme aponta Saraiva (2008), as guerras do Ópio ocorreram devido à resistência chinesa em permitir a entrada e comercialização do Ópio em seu território, droga produzida no Império Otomano e na Índia, comercializada pela Grã-Bretanha, que pretendia vender na China, e conseguiu. Segundo Lyrio (2010), a China subestimou a capacidade europeia de controle e acabou não se preparando para a chegada dos europeus (Grã-Bretanha e França principalmente). Esta incapacidade de resistir à invasão estrangeira foi também consequência da já frágil e decadente dinastia Qing, e do pensamento ainda existente na China de a mesma ser o Império do Meio ou Império do Centro⁷.

Os europeus impuseram na China um imperialismo selvagem. A Grã-Bretanha, sob força, impôs o tratado de Nanquim, em 1844, que concedeu a França e aos Estados Unidos

⁷ Império do Meio era um pensamento antigo na China, existente desde a dinastia Zhou no primeiro milênio antes de Cristo, de que os chineses eram superiores aos não-chineses e de que o seu Império era o principal, o centro de todos, de certa forma imbatível. Este sentimento já nacionalista, segundo Lyrio (2010) era muito mais na questão cultural do que territorial, ou seja, era um pensamento de uma cultura superior.

algumas facilidades no comércio com o país. Em 1860, a Grã-Bretanha tomou Pequim e impôs outros tantos tratados desiguais nos países. (SARAIVA, 2008).

Além da intervenção europeia, a China foi derrotada pelo seu vizinho, o Japão, na guerra pelo controle da Coreia (1894-95), o que levou a independência da mesma (HOBSBAWN, 1994). Estas derrotas destruíram de vez a dinastia Qing, enfraqueceram a economia e política chinesa. O país ainda passaria por períodos difíceis na jornada para a reconstrução de seu país ao longo do século 20. Conforme Lyrio (2010) afirma, intervenções externas e guerra civil cercaram a China da metade do século 19 até a primeira metade do século 20. Esta instabilidade foi em grande parte provocada pelas intervenções estrangeiras que fez ascender o nacionalismo chinês, resultando em confrontos, revoltas populares como em Taping (1850-1864) e em Boxers (1900). O medo interno da população chinesa no geral, independente das divisões religiosas e políticas, era de que a China chegasse a seu fim, se dividindo e encerrando sua longa jornada. (LYRIO, 2010).

O Japão, por sua vez, tomou como exemplo as guerras europeias no seu vizinho e, quando os europeus investiram em seu território, o governo tomou decisões rápidas e, sob ameaça, não demorou a ceder. O país aceitou então diversos tratados comerciais totalmente desiguais, como acontecera em todos os domínios europeus. Da mesma forma aconteceu em outras áreas da Ásia, como com o Reino do Sião (hoje Tailândia), o Estado que não se submeteu ao domínio imperialista ocidental, enfrentava um duro destino. (SARAIVA, 2008). Porém, o domínio britânico no Japão com propostas injustas para com o país e por consequência para com a população, causou insatisfação popular e crescimento do sentimento nacionalista. Perante este cenário, o Japão soube se enquadrar no modo europeu de governo e na segunda metade do século 19 passou a concentrar poderes para a execução de projetos de modernização nacional (inauguração da era Meiji). De maneira geral, o país tomou as intervenções para se inovar e alavancar sua economia para o mundo moderno, sem confrontação com as superiores potências europeias e Estados Unidos e com auxílio desta última. (SARAIVA, 2008).

Os tratados comerciais entre os europeus e os países asiáticos se tratavam da fixação de tarifas extremamente baixas para a entrada de produtos estrangeiros nos territórios dominados. O imperialismo na Ásia foi marcado pela união do imperialismo por influência, o que Saraiva (2008) chama de imperialismo informal, ocorrido também na América Latina, ou seja, por meio de influência política e administrativa; e o imperialismo colonialista, que toma terras e explora os recursos, seria o imperialismo formal.

Embora a história da colonização europeia na África e Ásia tenha sido marcada por muita exploração e dominação violenta, houve também muita resistência por parte dos

colonizados, de ambos os continentes, o que deu vida ao nacionalismo dentro destes Estados. E esta resistência se desdobrou nas lutas de descolonização na segunda metade do século 20. (SARAIVA, 2008).

O nacionalismo já estava tomando conta do ocidente ao final do século 19, na França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha entre outros. Frequentemente acontecia de os Estados utilizarem o sentimento nacionalista de seu povo para suas ações de política externa, ou seja, incentivando a população a crer que, por exemplo, eram soberanos aos demais povos. Foi o que aconteceu com a Alemanha que, após a vitória sob a França, com o governo de Bismark, ascendeu no cenário internacional. Fator determinante para o conflito entre potências europeias, pois os interesses da Alemanha iam além de suas fronteiras.

Neste período o Congresso de Viena tinha apenas nome, não havia mais o trabalho de intervenções para manter o equilíbrio do sistema internacional. Conforme informa Saraiva (2008), havia um certo equilíbrio devido o poderio militar de um Estado impor medo ao outro.

2.5 A ERA DE GUERRA TOTAL: O DECLÍNIO DO MUNDO EUROCENTRADO E AS MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL

A Primeira das duas Grandes Guerras gerou resultados desastrosos para todos os Estados europeus, para uns menos, para outros mais. Com certas exceções, como a França, que saiu da guerra como a primeira potência militar do mundo. Em 1919, como forma de repreender a Alemanha e seus aliados, acusados de causar todo o caos da guerra, e impedir que tal tentativa de hegemonia voltasse a acontecer, os “vencedores” criaram o Tratado de Versalhes durante a Conferência de Paz na França. O Tratado impôs regras e multas altas, tomou terras que o Império Alemão havia “conquistado” entre outras represálias que, nas palavras dos líderes alemães, humilharam seu povo. (SARAIVA, 2008).

Vinte anos depois, com o início da segunda Guerra Mundial, percebeu-se que o Tratado acima citado não foi uma ação inteligente. O que aconteceu foi a repreensão de um povo que, ao longo deste período alimentou seu nacionalismo que viria a eclodir com ainda mais força em meados de 1939. Além disso, a ação feita pelos Estados europeus apenas impediria que os mesmos se desenvolvessem da forma que desejavam e a paz estaria ainda mais distante de ser alcançada. De certa forma, este fato aliado a ascensão de Hitler e os resultados da segunda Guerra Mundial, foram acontecimentos decisivos para o declínio europeu.

A África e Ásia durante este período continuaram sob dominação europeia e os territórios antes ocupados pelos alemães foram divididos entre os europeus. Os Estados Unidos

e o Japão dispararam na área econômica, exportando cada vez mais e abrangendo seu mercado para África e Ásia. O Japão mais especificamente, não abrangeu muito, ficou pela Ásia, e seu interesse na China permaneceu vivo.

Voltando ao assunto nacionalismo, de acordo com diversos autores, pesquisadores e historiadores, além das disputas imperialistas, o sentimento nacionalista que nascia nos Estados, em cada um de uma forma única, foi um dos grandes motivos para o estouro da segunda Guerra Mundial. E então surgiram o fascismo na Itália e em outros lugares, o nazismo na Alemanha entre outros nomes e formas de nacionalismo.

Antes da segunda Guerra eclodir, houve o fim da Conferência de Paz, a crise de 1929 e a ascensão de Adolf Hitler na Alemanha. Houveram episódios importantes a serem destacados. Os Estados Unidos já com o dólar em mãos, por meio de seu plano Dawes de política externa, passou a investir fortemente capital na Alemanha e esta, por sua vez, pagava dívidas advindas do Tratado de Versalhes. Isto tornou-se um ciclo que beneficiava os Estados Unidos, onde eles abasteciam a Europa e o capital lá investido retornava para os Estados Unidos. (SARAIVA, 2008).

Em 1933, houve a ascensão de Hitler no poder do governo alemão. Nenhum Estado havia dado devida atenção a este acontecimento, porém deveria, afinal a sede de posse territorial, o intenso e influenciador nacionalismo que ali nascia, o desrespeito aos povos “diferentes” dos alemães foi um conjunto de fatores que levaram ao estopim da segunda Guerra Mundial. Não somente dominar territórios com povos alemães, Hitler pretendia dominar áreas com recursos naturais que seriam benéficos para o desenvolvimento do grande Império Alemão. Dentre estes territórios está a África. (SARAIVA, 2008).

A Alemanha tinha uma pequena parte da África desde a Partilha deste continente no final do século 19. O Japão ocupou em 1932 a Manchúria, na China, e seguiu ocupando outras regiões deste país, foi quando teve início a guerra sino-nipônica. O Japão chegou a ter domínio de 42% da população chinesa, graças a desatenção dada pelo ocidente na região. Em 1939, a Alemanha seguia avançando para o oriente. Grã-Bretanha, França e Rússia estavam atentas a qualquer movimento, já prevendo qual seria o próximo: Polônia. Antes que a Alemanha alcançasse a Rússia, a mesma invadiu a Polônia contra a Alemanha. Por consequência, os britânicos e franceses declararam guerra contra a Alemanha. O conflito iniciado ali conciliado a guerra entre Japão e China, deu início mais especificamente em 1941 a segunda Guerra Mundial, (SARAIVA, 2008). Dessa forma, novamente as disputas imperialistas levaram a abertura de uma grande guerra, desta vez, envolvendo diretamente outros países além dos europeus.

3 OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG: A VOZ DO TERCEIRO MUNDO

O século 19 foi um período de intensas transformações no mundo, onde alguns países ganharam economicamente com isso e outros perderam. Foi um período de independências nas américas, nova maneira europeia de colonizar, novos desafios aos países orientais. E com base nos acontecimentos relatados anteriormente no século 19 principalmente, pode-se dizer que a África e a Ásia (mais especificamente a China neste último continente) foram subjugadas, reprimidas, como durante a invasão britânica e posteriormente japonesa, (SARAIVA, 2008).

No período entre guerras, conforme mencionado anteriormente, os movimentos nacionalistas ou anticolonialistas já existiam na Ásia e África, porém de forma tímida, como o movimento pacífico regido por Mahatma Gandhi, na Índia. (SARAIVA, 2008). Durante a segunda Guerra Mundial, embora a Ásia tivesse boa parte de seu território independente, tanto ela quanto a África ainda sofriam ataques externos, exploração e divisão territorial (ainda forte na África). Foi neste período, antes mesmo do fim da segunda Guerra Mundial que se iniciou o lento processo de descolonização africana e asiática.

A situação das potências imperialistas ao final da segunda Guerra Mundial era devastadora. O Japão, até então se mostrava forte concorrente mundial, porém, ao final da guerra se encontrava na mesma situação das demais potências. Diante disso, estava cada vez mais difícil manter a colonização ou influência direta em qualquer lugar que fosse. O único país capaz disso seria os Estados Unidos, porém, o mesmo tinha outros objetivos que não incluíam colônias.

É interessante entender que, se tornando a única potência militar e fortemente econômica da época, os Estados Unidos precisavam mais de aliados para se desenvolver e renovar o equilíbrio internacional do que de países fracos, devastados, como estavam os europeus, por exemplo.

Diante disto, o presente capítulo está dividido basicamente em três partes onde se pretende, na primeira, compreender como ocorreram os intensos processos de descolonização da África e Ásia. Na segunda parte pretende-se entender a situação africana ao fim do período colonial, ou seja, pós-independências bem como a ascensão chinesa pós 1970 e sua influência mundial e principalmente nas relações com a África. Na terceira e última parte, será visto como estes processos de descolonização ganharam força perante a cooperação sul-sul iniciada entre China e África durante os processos de descolonização.

3.1 OS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA E ÁSIA

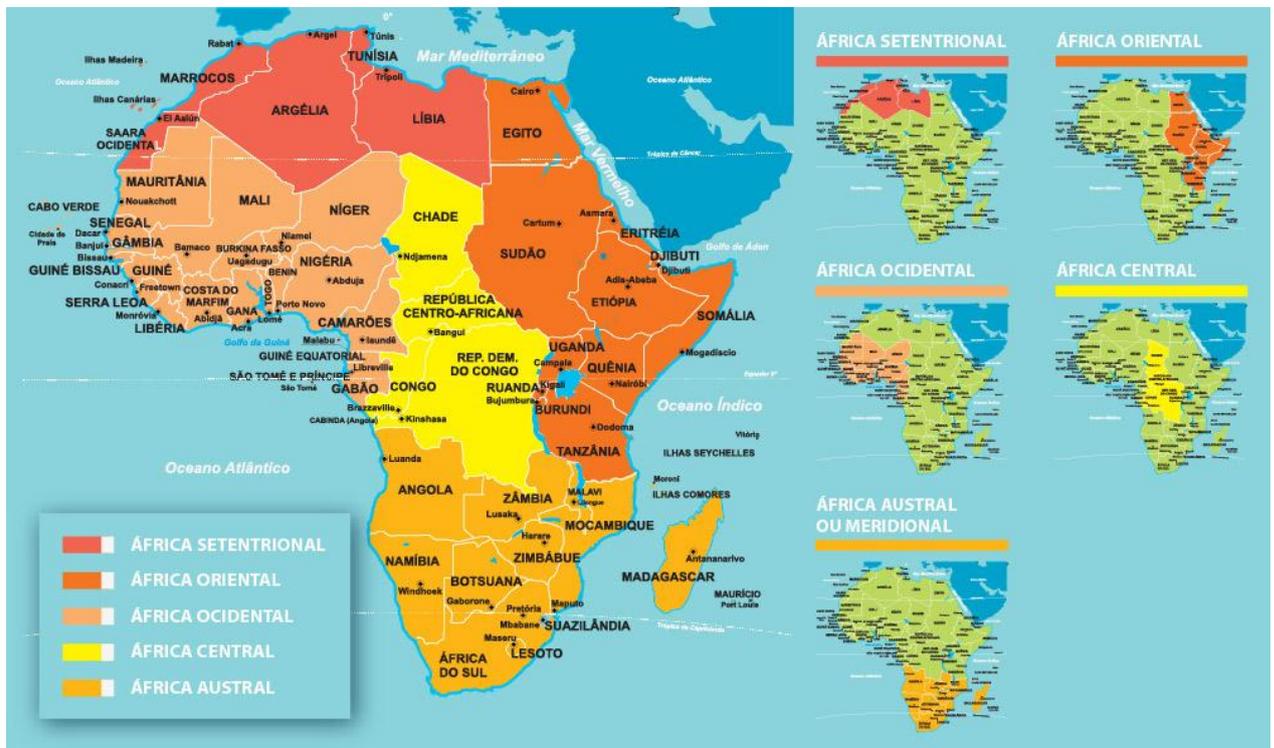
Os processos de descolonização da África e Ásia surgem a partir de 1935. Porém, alguns anos antes, em 1922, o Egito, por exemplo, já havia conseguido perante a Conferência de Paz a independência da Grã-Bretanha. Desde então até o término da segunda Guerra Mundial o rei egípcio disputou com os nacionalistas o controle do Estado. Por trás destas disputas, os britânicos ainda influenciavam as ações egípcias de ambos os lados do conflito interno, bem como as ações em outras regiões africanas. (SARAIVA, 2008). O mesmo ocorreu na Ásia, mais especificamente na China, que é o foco de deste trabalho quanto ao continente asiático.

3.1.1 África

A colonização africana pelos europeus foi vista pela própria África como uma ação movida pelo racismo. A partir de 1935 os movimentos nacionalistas africanos crescem de forma determinada, rumo à independência. Entre 1935-1945 viu-se surgir novas formas de resistência africana por meio de movimentos políticos e sociais movidos e divididos por religiões e/ou etnias diversas; crescimento dos movimentos grevistas; crescimento das atividades sindicais; maior consciência política do povo africano o que aumentou ainda mais o sentimento nacionalista.

A África divide-se hoje em cinco regiões: **a, África do norte ou setentrional:** próxima aos mares Vermelho e Mediterrâneo, constituída por cinco Estados: Egito, Líbia, Argélia, Marrocos e Tunísia; **b, África Ocidental:** banhada pelo Oceano Atlântico e constituída por: Mauritânia, Gana, Togo, Benin, Burkina Fasso, Níger, Gâmbia, Nigéria, Cabo verde, Mali, Senegal, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim; **c, África Central:** localiza-se no centro do continente e é composta por: Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, (Brazzaville), República Democrática do Congo (Ex- Zaire), Gabão, Guiné-Equatorial, Ruanda e São Tomé e Príncipe; **d, África Oriental ou chifre da África:** banhada no Oceano Índico é constituída pelos países: Somália, Ruanda, Etiópia, Eritreia (independente da Etiópia em 1993), Djibuti (ex-colônia Francesa), Sudão do Sul e do Norte, Uganda, Quênia, Tanzânia, Burundi e Ruanda; **e, África Meridional ou Austral:** é a parte sul do continente e compreende: Angola, Zâmbia, Malavi, Zimbábue (antiga Rodonésia), Moçambique Botswana; Lesoto; Suazilândia ; África do sul, Namíbia, Ilhas de Madagascar, Maurício, Reunião, Ilhas Comores e Seychelles.

Figura 3 – A divisão regional da África



Fonte: África em arte-educação. Universidade Federal de Goiás (UFG).

O nascimento do nacionalismo na África foi o primeiro passo para a mudança política que o país precisava. Em meados da década de 1920-30 nasciam os partidos nacionais africanos. Alguns ainda um pouco perdidos sem foco no real objetivo que seria “libertar” seu povo, porém, outros levaram esperança para os Estados, como a Frente Popular. Este partido, segundo Chenntouf (2010)⁸ permitiu a alguns Estados africanos criarem suas próprias programações e até planos políticos internos. Embora não fosse muito radical, a chegada de um partido comunista afetou a vida nas colônias. (NIANE, 2010).

Todavia, enquanto o nacionalismo começava a mover os governos africanos também influenciava o avanço de outros sobre o próprio território africano. Por exemplo, o avanço da Itália sobre a Etiópia fez desaparecer o último Estado independente africano. Grã-Bretanha e França apoiaram a Etiópia (embora não tenham combatido realmente a Itália), porém, o rei italiano acaba por assumir o posto de imperador da Etiópia. Vale ressaltar que este

⁸ Tayeb Chenntouf é professor na Universidade de Oran, na Argélia e Diretor pesquisador do Projeto História da Argélia, África e Mediterrâneo Ocidental.

apoio somente aconteceu para conter uma Itália fascista nas regiões de domínio ainda britânico (CHENNTOUF, 2010).

Com o início da segunda Guerra Mundial, a África setentrional (norte) e oriental principalmente tornaram-se campos de batalha e os movimentos nacionais foram forçosamente freados em algumas regiões. O Sudão, Etiópia, Somália entre outros ficaram nas mãos, ora da Itália, ora da Grã-Bretanha, sem contar as repentinas invasões alemãs. O interesse nestes territórios derivava de diversos benefícios, entre eles, o domínio de um grande número populacional – e assim mais força de trabalho para a guerra – e a estratégia geográfica de algumas regiões, como o Canal de Suez⁹ no Egito.

Em outras regiões como na África Ocidental, no Senegal mais especificamente, os movimentos políticos foram mais fortes, mesmo durante a segunda Guerra. Em 1943, foi realizado a Conferência de Brazzaville encabeçada pela França contra a dominação italiana. Sua intenção era, obviamente, manter seu domínio e afastar de vez o fascismo.

Ainda durante a segunda Guerra, alguns países africanos conseguiram manter um crescimento industrial devido a demanda de produtos durante para os países em guerra. Os investimentos estrangeiros cresceram, abriram-se indústrias, as exportações estavam fortes. Porém, com o fim da guerra houve um freio na produção industrial. Os exércitos francês e britânico passam a demitir os funcionários que haviam contratado durante a guerra e, por consequência, o desemprego se alastrou, e as condições já não boas, tornaram-se ainda mais desfavoráveis para os africanos, tanto econômica quanto socialmente. A Tunísia por exemplo, logo após 1945 passa por uma crise de forma de três anos: as colheitas não estavam favoráveis e não havia mais o investimento europeu como havia antes. Percebe-se então que a Guerra movimentou a economia africana mas não só isso, percebe-se como os Estados africanos eram dependentes dos países europeus, (CHENNTOUF, 2010).

Próximo de 1945, já com o enfraquecimento europeu na região, ressurgem os movimentos nacionalistas na África, que utilizam do discurso de democracia para os seus povos e não mais intervenção estrangeira. O Egito consegue de certa forma chegar a um acordo com os colonizadores (Grã-Bretanha principalmente) por meio de reuniões. O Marrocos já teve que lutar um pouco mais, literalmente, pois os franceses não cederam tão facilmente. Na Tunísia houve o “Manifesto da Frente Tunisiana” em 1944, proclamando democracia. Ambos os

⁹ O Canal de Suez foi construído entre 1859 e 1869 pelo governo francês com parceira do Egito. Envolveu intensa força de trabalho africana e foi de grande importância para as navegações, para o comércio internacional. Por ali passaram embarcações da Europa para a Índia, por exemplo.

Estados tiveram sua independência em 1956. No mesmo ano, os britânicos abriram mão do Sudão (CHENNTOUF, 2010; HOBBSAWN, 1994). Na Argélia, o primeiro “Manifesto do Povo Argelino” surgiu em 1943, porém o processo de independência argelino ainda percorreu longos anos e foi por meio de um conflito (1954-62) com os colonizadores, que ocorreu de forma violenta e sangrenta, à base de muita tortura (CHENNTOUF, 2010).

Após a dominação italiana e depois britânica durante a guerra, a Etiópia conseguiu sua independência em 1945. A Eritreia é integrada à Etiópia, gozando de ampla autonomia, em 1952, porém sua independência é somente em 1993. Em 1945, o Egito, com a ajuda da Grã-Bretanha, cria a Liga dos Estados Árabes, que foi de grande importância para estabelecer autonomia na região do norte e oriental da África. A mesma iniciou com os seguintes países independentes: Egito, Síria, Iraque, Líbano, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen. Hoje é formada por 22 países (CHENNTOUF, 2010).

Tropas militares italianas, alemãs, ~~portuguesas~~ e espanholas já não faziam parte do território africano após a segunda Guerra, então boa parte das reivindicações de independência política coube à Grã-Bretanha e a França (os portugueses ainda detinham terras africanas) –decidir permitir a independência dos governos ou lutar contra. Dessa forma, conforme já visto, o continente africano foi basicamente dividido entre a Grã-Bretanha e França, e a resistência destes foi forte, havendo repressão violenta em muitas se não na maioria das regiões. (CHENNTOUF, 2010).

Embora a luta dos países africanos tenha feito a diferença para a independência, fatores externos aos acontecimentos dentro do continente africano foram determinantes para o enfraquecimento do domínio europeu neste continente, como: a crise econômica de 1929 que afetou principalmente o trabalho nas colônias e a produção, e que aumentou ainda mais a insatisfação africana perante o domínio europeu; a situação interna das potências europeias após a segunda Guerra Mundial era deprimente, pois esta devastou os Estados não somente financeira e economicamente como física, social e politicamente também. Dessa forma, não houve Estado que conseguisse manter suas colônias após 1945. Além destes fatores, a pressão internacional para o fim da colonização cresceu com a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética. (SARAIVA, 2008).

O processo de descolonização da África passou por diversas etapas. Por ter ocorrido em meio a Guerra Fria, o país sofreu intervenções dos Estados Unidos e União Soviética (imposição do capitalismo e socialismo). Os Estados Unidos, a partir de 1957, passou a investir na infraestrutura, na educação, economia africana, entre outras áreas, somente para afastar um possível domínio soviético. As ações da União Soviética não foram muito diferentes, investiram

no intercâmbio estudantil entre os dois continentes, investiu na área militar e financiou diversos Estados assim que conquistaram sua independência. (MAZRUI, 2010).

A independência da África se deu em sua maioria de forma violenta baseada nos interesses ocidentais, porém teve como principal motivação o nacionalismo africano. Embora o contexto dos países colonizadores fosse de desequilíbrio, Saraiva (2008) acredita que o que influenciou mais foi a determinação e ações vindas da África (e Ásia) para fora. O processo de descolonização se estendeu no decorrer do século 20, pois a independência política ainda era grande e o domínio europeu persistiu até a segunda metade do século 20. Os últimos Estados a adquirirem sua independência foi por volta de 1990, (HOBSBAWN, 1994).

Figura 4 – Mapa africano referente as independências de cada Estado.



Fonte: SlideShare – Descolonização África. 2014

Devido todo o histórico de luta para a formação dos Estados no continente africano, sua má divisão durante a sua partilha, o fato de possuir diferentes e rivais etnias que foram, durante a partilha da África, unidas em um mesmo território e desde então estão em conflito,

além da exploração do continente por potências econômicas, estes dentre outros fatores explicam em partes a atual situação do continente. Hoje o mesmo é assolado por intensas crises sociais, econômicas e políticas que resultam em conflitos internos. (WONDJI, 1993). Atualmente a África ainda passa por dificuldades financeiras, então depende de empréstimos (trata-se aqui de alguns países e não do continente todo) do FMI ou até vindos de outros países, como do Brasil e China, parceiros próximos da África.

Outra dificuldade ainda enfrentada pelos Estados africanos e que parece estar longe de ser solucionada, é a questão dos Direitos Humanos. Devido ao histórico de exploração, de sua industrialização tardia, sua má divisão na época colonial, suas diferentes etnias e religiões, muitos Estados da África tem sérios problemas quanto a respeitar os Direitos Humanos. O continente tem sido observado por meio de relatórios apresentados pela Organização das Nações Unidas, porém não tem sido o suficiente.

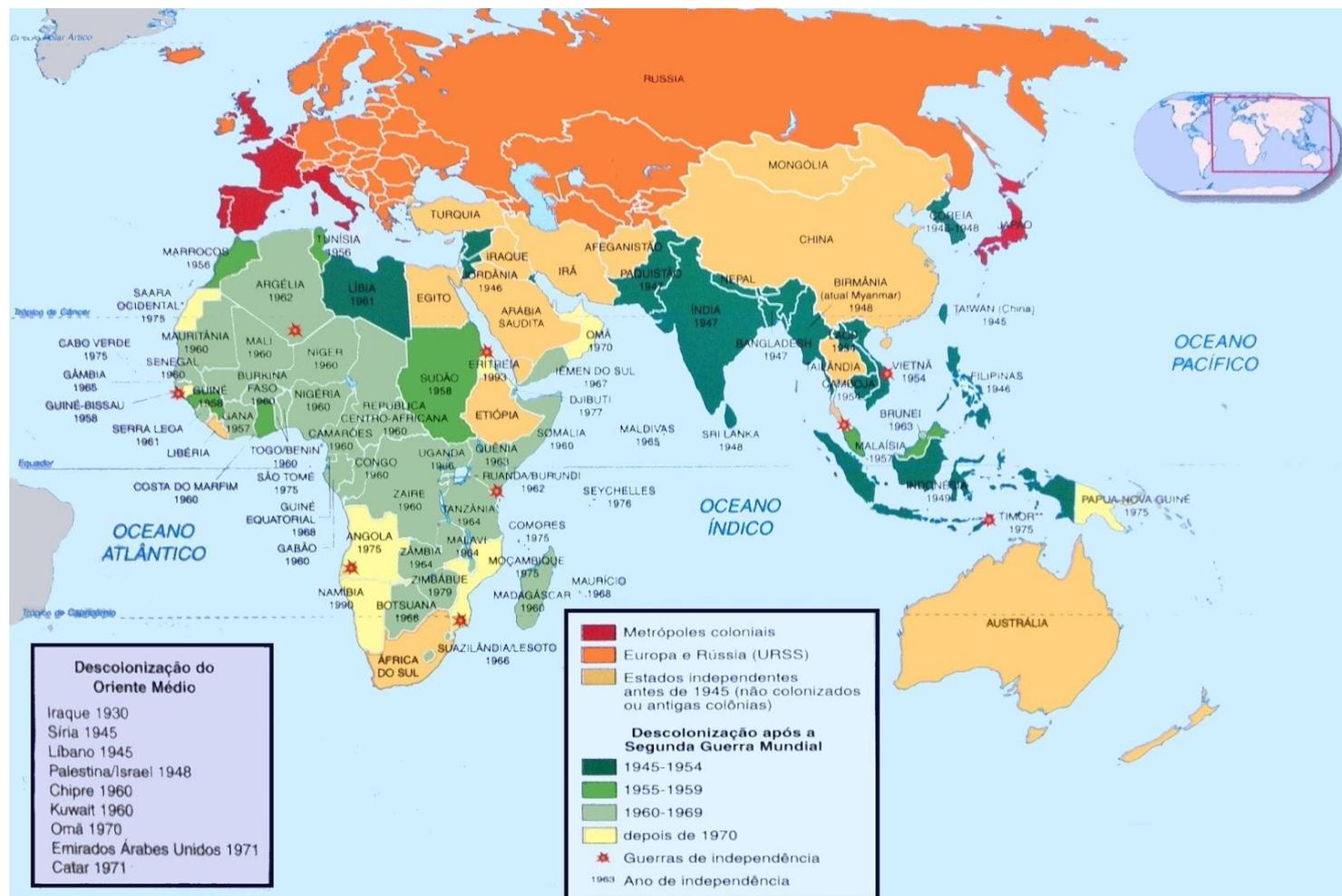
No que se refere aos povos “imperializados” na Ásia, estes também tiveram sua independência no mesmo momento em que os países africanos lutavam pelas suas. A independência da Índia logo após a segunda Guerra Mundial, com base em seus princípios religiosos e culturais e na política exercida por Mahatma Mohandas Gandhi da não violência, resultou em inspiração para o continente africano para a conquista de sua independência também. (DIOP, 2010). A resistência de diversas sociedades africanas perante a colonização europeia tinha cunho religioso e étnico, marcando a história de luta da África, do racismo, do país de Terceiro Mundo. O ano de 1950 foi marcado por intensos movimentos nacionalistas ao norte da África.

Outro fato importante para se destacar foi a participação do continente africano na segunda Guerra Mundial, não a favor do imperialismo, mas como uma forma de se opor a um domínio extremamente perigoso para os africanos, o domínio nazista de Hitler. (MAZRUI, 1993).

3.1.2 Ásia

As colônias asiáticas foram as primeiras a sentirem o enfraquecimento europeu sobre seu território após a Segunda Guerra Mundial.

Figura 5 – Descolonização e independência afro-asiática.



Fonte: Histo é História. 2015. Mapas históricos - descolonização da África e da Ásia

Como é possível ver no mapa acima, a grande maioria dos Estados asiáticos já tinham sua independência formal, antes de 1945. A Síria e o Líbano se tornaram independentes em 1945 (ex-colônias francesas); Palestina (hoje Israel), Birmânia, Ceilão (hoje Sri Lanka) entre outros, tiveram sua independência em 1948. Na Índia, os movimentos nacionalistas tornaram-se mais fortes no decorrer do século 20. Os indianos chegaram a solicitar ajuda do governo japonês na questão. Em 1947, os britânicos retiraram-se da Índia sem muita resistência, antes que ficasse claro o seu enfraquecimento na região. Tiveram sua independência declarada em 1947, bem como o Paquistão. (HOBSBAWN, 1994).

Na Indochina francesa, atuais Vietnã, Camboja e Laos, a resistência comunista dificultou a independência política da região. Embora em 1954 a França, Grã-Bretanha e Estados Unidos foram obrigados a se retirarem, este último manteve um regime satélite na parte sul do Vietnã. Após muita resistência e 10 anos de guerra, somente em 1975, derrotados, os

Estados Unidos deixaram a região. A Grã-Bretanha manteve seu domínio até 1957 na Malásia, ano de sua descolonização. A ilha chinesa de Cingapura tornou-se uma cidade-Estado independente em 1965.

Como foco principal, trataremos mais especificamente da China. Embora já fosse um Estado independente, sofreu com a ocupação de potências ocidentais e orientais, como do seu próprio vizinho. Antes mesmo das ocupação estrangeira a China se encontrava instável politicamente, a dinastia Qing na época estava decaindo. Alguns fatores contribuíram para sua queda em 1911, como: o crescimento intenso populacional, a incapacidade do governo de lidar com isso tendo em vista que tal fato requeria maior estrutura do país fisicamente, maior estabilidade para dar conta da demanda social, trabalhista, entre outros pontos. O conflito interno na China entre os partidos políticos comunistas, não comunistas, contribuiu para abalar as suas estruturas. Para agravar ainda mais a situação, a China sofre intervenções, de acordo com Lyrio (2010), inesperadas das potências ocidentais, fato que intensificou os movimentos nacionalistas, entre eles, principalmente os movimentos comunistas. Por fim, teve ainda a violenta invasão e ocupação do Japão, até o final da Segunda Guerra Mundial.

Com o enfraquecimento do Japão, principalmente com o ataque estadunidense em 1945 ao país, a China se viu livre do mesmo, porém ainda tinha de lutar contra outras tentativas de derrubar seu governo. Pelo fato de o país ser governado por nacionalistas e uma forte influência comunista por meio dos partidos comunistas que ansiavam pelo governo chinês, era de extrema importância deter uma China livre, ainda mais com as disputas na Guerra Fria. (LYRIO, 2010). Então, além das disputas internas entre nacionalistas e comunistas, houveram outros embates contra outros Estados, como contra os Estados Unidos na guerra da Coreia de 1950 à 1953³⁴, onde os Estados Unidos ameaçou atacar a China.

As disputas internas entre os partidos nacionalistas e comunistas da China, foram fomentadas pelo desejo asiático de se impor na nova ordem internacional que acreditavam estar se formando, após a intensa intervenção estrangeira nos países. (KISSINGER, 2015).

Em 1950, a descolonização da Ásia estava completa, exceto pela Indochina. A última investida colonial foi britânica na Índia, onde acabou dividindo a mesma.

Em 1970, grande parte do globo já era formado por Estados independentes, exceto por algumas regiões ainda sob domínio estrangeiro e alguns locais em conflito com os ex-colonizadores, como na guerra do Vietnã contra os Estados Unidos, (HOBSBAWN, 1994).

Na China, a partir da tomada de poder do Partido Comunista chinês liderado por Mao Tsé-tung, inicia uma intensa modificação política e econômica internamente. O governo busca estabilizar a economia, principalmente ao controlar a inflação e a realizar a reforma

agrária. Inicia-se um período de grandes campanhas até para levantar o sentimento nacionalista da população, para reerguer o tão antigo império chinês. (LYRIO, 2010).

3.2 A ORDEM BIPOLAR DA GUERRA FRIA E O MOVIMENTO DOS “NÃO-ALINHADOS”

A Guerra Fria foi um período de pouco mais de quarenta anos (1947-1991) de máxima tensão no mundo todo, provocada pela disputa entre Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Embora não houvesse um campo de batalha declarado, os países demonstraram seus interesses, aplicaram suas influências em determinados conflitos, sempre os Estados Unidos apoiando um lado e a URSS o outro. Um exemplo é a Guerra da Coreia (1950-1954), onde a URSS aparentemente não estava envolvida no combate contra os Estados Unidos, porém estava apoiando a China contra o ~~aeidente-ocidente~~ (neste momento a China já era formalmente comunista). (HOBSBAWN, 1994).

Os Estados Unidos perceberam que a grande maioria das ex-colônias eram anticomunistas. No caso da China, que era claramente comunista, o ocidente teve certa preocupação, principalmente após a vitória da Revolução comunista chinesa, com a liderança do Partido Comunista, porém, na época, visto que a China não estava ainda muito “alinhada” com a URSS, (HOBSBAWN, 1994), o importante para os ~~norte-americanos~~ Estados Unidos ainda era manter os centros industriais do Ocidente e do Extremo Oriente. (ANDERSON, 2015).

Hobsbawn (1994) trata dos acontecimentos desta época como desnecessários como, por exemplo, a crise dos mísseis cubanos de 1962. Durante todo o período da guerra, os dois lados do conflito estavam cientes que seria muito improvável um conflito direto entre eles, pois isto destruiria ambos. Eles apenas se “cutucavam” um no território de influência do outro, mas tomando o maior cuidado para que as intervenções não levasse a um nível alto de desconfiança que pudesse causar uma guerra real. O autor ainda tenta justificar de certa forma o porquê do conflito. Primeiramente diz que a Guerra Fria surgiu de uma crença ocidental de que o capitalismo ainda não estava assegurado após a Segunda Guerra Mundial. Este receio vinha da real situação da grande maioria dos Estados no mundo. As antigas potências europeias como a França, o ascendente Japão entre outros estavam todos fracos economicamente, alguns ameaçando se voltar para o lado comunista por falta de apoio financeiro ocidental. A URSS e os Estados Unidos se mostravam ainda fortes, porém, precisavam de aliados para vencer. Até

mesmo a Inglaterra acredita na força e na luta que a URSS imporia em busca de manter sua posição ideológica, defendendo seu território e aliados. (HOBSBAWN, 1994).

Os Estados Unidos, por sua vez, criaram políticas a favor do livre comércio, como a pró-capitalistas (exemplo da Doutrina Truman, buscando assim,) para manter a posição dos Estados aliados a mesma ideologia política, que, até então, seguiam a política de livre comércio. Durante a Guerra Fria, e Dessa forma, embora em em ambos os lados houvessem ameaças de guerra, e essas ameaças eram demonstradas por meio de gestos de defesa em outros territórios (Cuba, China, por exemplo), (ANDERSON, 2015) tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética estavam muito mais preocupados em se proteger e proteger seus interesses, do que sem entrar em conflito armado. (pelo menos não de forma direta um com o outro), (HOBSBAWN, 1994).

A década de 1970 é vista como um “divisor de águas” no poder internacional norte-americanoestadunidense. A partir de então os Estados Unidos passou a investir na recuperação econômica da Europa e do Japão (ANDERSON, 2015). Porém, como consequência dessas novas parcerias, a economia norte-americanados Estados Unidos mostrou-se balançar perante a concorrência principalmente japonesa e alemã. O resultado foi o fim do sistema de Bretton Woods, o que deu mais liberdade de mobilidade da economia dos Estados Unidos. Na mesma década, Nixon, então presidente norte-americanoestadunidense anuncia sua ida à Pequim, para iniciar relações com a China. Esta ação foi a prova de que a vitória da Revolução Chinesa de 1949 foi sim um impacto grande nas relações internacionais, (ANDERSON, 2015).

A seguir, pretende-se relatar a importância dessa aliança para os Estados Unidos e o seu principal motivo: a ascensão da China.

3.3 ÁFRICA E CHINA DURANTE A ORDEM INTERNACIONAL DA GUERRA FRIA

Conforme os relatos anteriores à respeito da China dominada por potências imperiais e sua história de intensa instabilidade interna política, a partir da Revolução Comunista de 1949 o país inicia sua caminhada rumo a um crescimento econômico rápido como nunca visto antes. Ela impressionou o mundo em sua determinação de se inserir e se manter no mercado internacional, pelo fato de deter uma densidade populacional absurda, por não ter recebido muitos investimentos estrangeiros até o momento, e pelo fato de acordar depois de séculos com uma determinada linha de pensamento, que não incluía a abertura comercial do país, (HOBSBAWN, 1994; LYRIO, 2010).

A África, por sua vez, continuou lutando contra o colonialismo estrangeiro além dos conflitos políticos e étnicos internos, dividindo os Estados entre nacionalistas e conservadores (ou racistas). Os movimentos nacionalistas se intensificaram e a pressão internacional foi, ao longo do século 20, libertando a África da dominação europeia.

As lutas por independência deram origem a um novo bloco de países, chamado de países do Terceiro Mundo¹⁰. Este termo teve origem já no início da Guerra Fria para diferenciando os países recém descolonizados (após a Segunda Guerra Mundial) e latino americanos dos países já industrializados/desenvolvidos capitalistas, este chamados de países de Primeiro Mundo, e dos países desenvolvidos comunistas (Segundo Mundo). (HOBSBAWN, 1994). Do Terceiro Mundo fazem parte os países da América do Sul e Central, o continente africano e os países asiáticos, exceto Japão. O mapa abaixo ilustra a geopolítica da época e revela a enorme quantidade de novas nações, que pertenciam a este grupo à parte, o Terceiro Mundo.

Figura 6 – Mapa de acordo com a Teoria dos três mundos.

¹⁰ À respeito do termo “Terceiro Mundo”, cunhado em 1952 (HOBSBAWN, 1994), sabe-se que o mesmo está em desuso nos dias atuais, porém, para os fins deste trabalho será mantido este termo para representar os países da África e Ásia, principalmente.



Fonte: SlideShare.Guerra Fria e Terceiro Mundo. 2015.

Ao analisar o mapa acima, é importante entender que os países do Terceiro Mundo não eram “classificados” neste grupo por serem iguais, afinal, entre eles haviam diferentes etnias, religiões, crenças, o próprio modo de viver e governar eram e são diferentes. O grupo Terceiro Mundo se refere ao fato de todos serem recém independentes, ainda buscando formar sua real identidade e manter sua soberania contra o neocolonialismo, todos com altos índices de pobreza e mortalidade infantil, além de alta desigualdade social. (HOBSBAWN, 1994; MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

3.3.1 A construção da China comunista: o nascimento de uma potência

Durante a ocupação japonesa na China os dois maiores partidos do país (Comunista e o Kuomintang) uniram-se contra a potência asiática. Após a Segunda Guerra Mundial, com o Japão fora de cena, estes dois partidos combateram entre si pelo governo chinês. O Partido Comunista apoiado pela URSS venceu o Kuomintang e proclamou a República Popular da China em 1949, foi a conhecida Revolução Comunista da China. (SARAIVA, 2008).

A Revolução Comunista da China guiada por Mao Tsé-tung teve início com os movimentos camponeses, pois Mao incentivava essa e outras classes chinesas abaixo da nobreza, dizendo que os excluídos chineses estavam nos campos e não nas cidades. Mao buscou levar o sentimento nacionalista aos chineses mostrando que a China tinha capacidade de se reerguer, que os chineses tinham capacidade de liderar seu próprio destino. (LYRIO, 2010).

As mudanças políticas no governo chinês a partir de 1949, guiadas por Mao Tsé-tung foram guiadas por diversas campanhas a favor do crescimento e desenvolvimento econômico, político e social do país. Por outro lado, a governança de Mao foi um pouco instável, ora alternava para a povo, ora para os interesses próprios de seu partido.

Um de seus últimos atos, contra as rebeliões e movimentos nacionalistas chineses, Mao dá início a Revolução Cultural da China que aconteceu de 1966 até 1976, terminando com a morte de Mao. Como já mencionado anteriormente, a revolução foi uma espécie de ditadura intensa no país, em uma tentativa desesperadora do governo Mao de manter o poder. (LYRIO, 2010).

Novamente a China passa por um período de transição política que levou, ao final de 1978, um “grupo mais pragmático do PCC” (p. 88, LYRIO, 2010) ao poder, liderado por Deng Xiaoping. Este novo grupo impôs no país a política das Quatro modernizações: da agricultura (boa parte da população vivia no meio rural); da indústria; da ciência e tecnologia; e da defesa. Esta política veio a ser pesados investimentos nas áreas acima mencionadas, em busca de desenvolver o país e inseri-lo no meio internacional com bases fortes. (LYRIO, 2010).

A partir de então segue-se o período chamado de “Ascensão da China”. A China busca se aproximar de Estados de grande importância no sistema internacional e abre portas para alianças comerciais com eles, a mais marcante é a relação com os Estados Unidos, que busca também essa aproximação ao final do século 20, vendo a China como um desafiador para sua hegemonia. A visão teórica chinesa perante essas novas alianças era diferente. Como exemplo da teoria do Império chinês trazida por Zhao (2006), não era intenção da China expandir seus ideais comunistas ou derrubar algum Estado para tomar seu lugar.

A suposta ameaça que a China impõe para a hegemonia ~~norte-americana~~estadunidense se baseia em diversos fatores que levam a um ponto final: a rápida ascensão econômica chinesa. Após o Partido Comunista da China conquistar a governança do país, o mesmo garantiu certa estabilidade política, o que veio a estabilizar a economia. Deve-se levar em conta que, mesmo durante o governo de Mao Tsé-tung, a China manteve um

crescimento econômico anula de 6% ao ano, superior ao dos Estados Unidos. Após o PCC, este crescimento se manteve na faixa de 9% ao ano de 1978 a 2008.⁵ (LYRIO, 2010).

Alguns fatores determinaram este crescimento: população gigantesca, força de trabalho de sobra e o “êxodo rural”, ou seja, a população antes rural passou a migrar para as cidades em busca de trabalho; alto investimento nos setores agrícola e manufatureiro o que levou o país a se tornar a maior indústria manufatureira ao final do século 20; outros fatores como o custo reduzido que o governo tinha com os empregos (baixos salários), para atender o máximo de trabalhadores. Além disso, a China desde Mao, ou seja, desde a Revolução Comunista, conquistou uma boa infraestrutura de transportes, comunicação, energia que serviu como base da produção industrial, (petróleo) e um razoável nível na área da educação e saúde pública.⁵ (LYRIO, 2010). Pode-se perceber o diferencial da China perante os demais Estados de “industrialização tardia”, desde o começo o país investiu na questão social, para ter uma base forte posteriormente.

Outro fator que ajudou no crescimento chinês, que faz parte tanto da estratégia econômica quanto política da China, foi a cooperação com a África desde, principalmente, 1950, com a Conferência de Bandung, que será tratado mais adiante.

Por mais que a China ainda estivesse se definindo política, econômica e socialmente na segunda metade do século 20, ela já tem um rumo certo a seguir e está lutando para isso, além de já se encontrar, desde 1949, livre de invasões. Não pode-se dizer o mesmo do continente africano. Como dito anteriormente, o mesmo ainda sofria⁶ com a dominação estrangeira até quase o século 21. O século 20 inteiro marcou a África por lutas contra os Estados europeus, durante e após a Guerra Fria.

3.3.2 A África na contínua luta contra os regimes coloniais

Durante a Guerra Fria, a África continuou sendo palco de combate, foi então governada em partes sob a influência ocidental capitalista, partes sob a influência oriental socialista. A África do Sul participou da Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, portanto, durante a Guerra Fria tinha participação ao lado dos interesses ~~norte-americanos~~⁷ estadunidenses. Em 1948, iniciou-se a Política de Segregação Racial.⁷ (SARAIVA, 2008).

A política de segregação racial na África do Sul teve início oficial em 1948 com influência direta dos britânicos, e foi o período onde a minoria branca tinha “privilégios” sob a maioria negra. O regime foi marcado por intensas repressões a movimentos nacionalistas

africanos, que foram muitos. Entre eles estava o *African National Congress (ANC)* que, após o início do regime uniu-se a indianos, brancos liberais e mestiços e formaram diversos movimentos em prol da liberdade dos povos africanos. Em 1955 outros grupos uniram-se e criaram a “Carta das Liberdades para a África do Sul Democrática do Futuro” e deliberaram uma Declaração dos Direitos Fundamentais a Pessoa Humana. Como resposta, o governo agiu repreendendo estes grupos de forma violenta e impondo ainda mais restrições, de forma a caracterizar o governo como ditador racial. (CHANAIWA, 2010).

Mesmo com todas as repreensões governamentais e intervenções estrangeiras, o período da Guerra Fria foi palco do intenso nacionalismo africano. Nada não foi suficiente para barrar de vez os numerosos partidos políticos e grupos nacionalistas que surgiram. As independências na Ásia, principalmente, incentivavam os africanos a terem a sua também. (CHANAIWA, 2010).

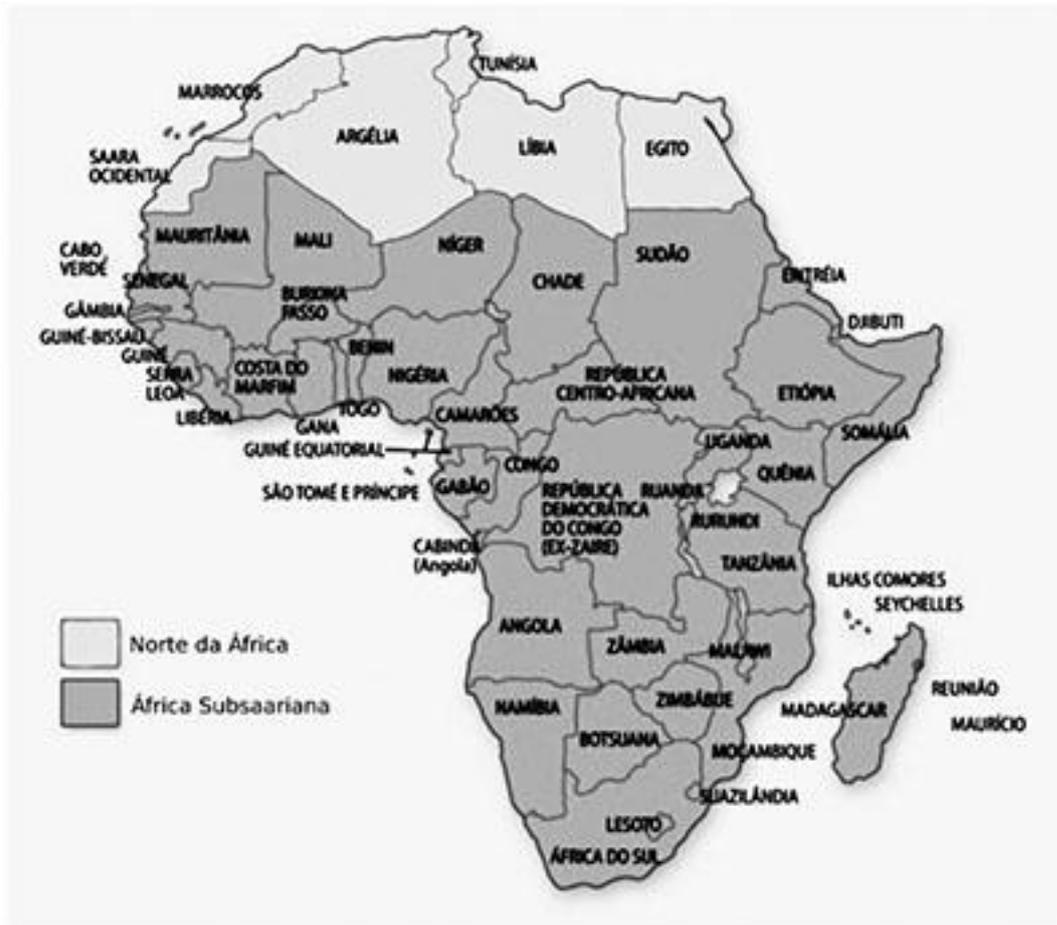
A África, mesmo independente, dependia financeiramente dos seus ex-colonizadores. Além disso, as marcas deixadas no continente ao longo dos séculos de exploração direta tornou ainda mais difícil a sua estabilização. Prova evidente disso são os conflitos atuais na África devido a má divisão dos povos pelos europeus: muitas tribos foram divididas e suas metades passaram a viver com outras metades de tribos rivais.

Os colonizadores deixaram o continente, porém a situação não melhorou muito do ponto de vista social. O conflito interno entre os diferentes grupos étnicos se intensificou. Há diversos exemplos que podem ser citados, um deles foi o massacre em Ruanda (1994), onde dois povos rivais lutaram até a morte de quase 2 milhões de indivíduos. Enquanto o genocídio acontecia, o mundo se fechava os olhos, e assim aconteceu com muitos outros e acontece até os dias atuais, (unesco2010). Haveria, aqui, um grande debate a ser feito à respeito do papel das organizações internacionais em prol da paz, perante todo o massacre aos Direitos Humanos, porém não será feito neste trabalho.

Nos dias atuais, a África divide-se em duas com base nas suas diferenças culturais, e de certa forma econômicas, são elas: África Saariana (também conhecida por África Mediterrânea ou do Norte) e África Subsaariana. As partes são divididas pelo deserto do Saara. A primeira fica ao Norte do continente e é composta por cinco países: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. A África Subsaariana fica logo abaixo do deserto (ao sul) e é composta por 75% do continente africano: República Democrática do Congo, República do Congo, Burundi, África Oriental, Quênia, Tanzânia, Uganda, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão, África Ocidental, Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné

Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mauritânia, Mali, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Togo e Zâmbia.

Figura 7 - Divisão africana: África do Norte, ou Saariana e África Subsaariana.



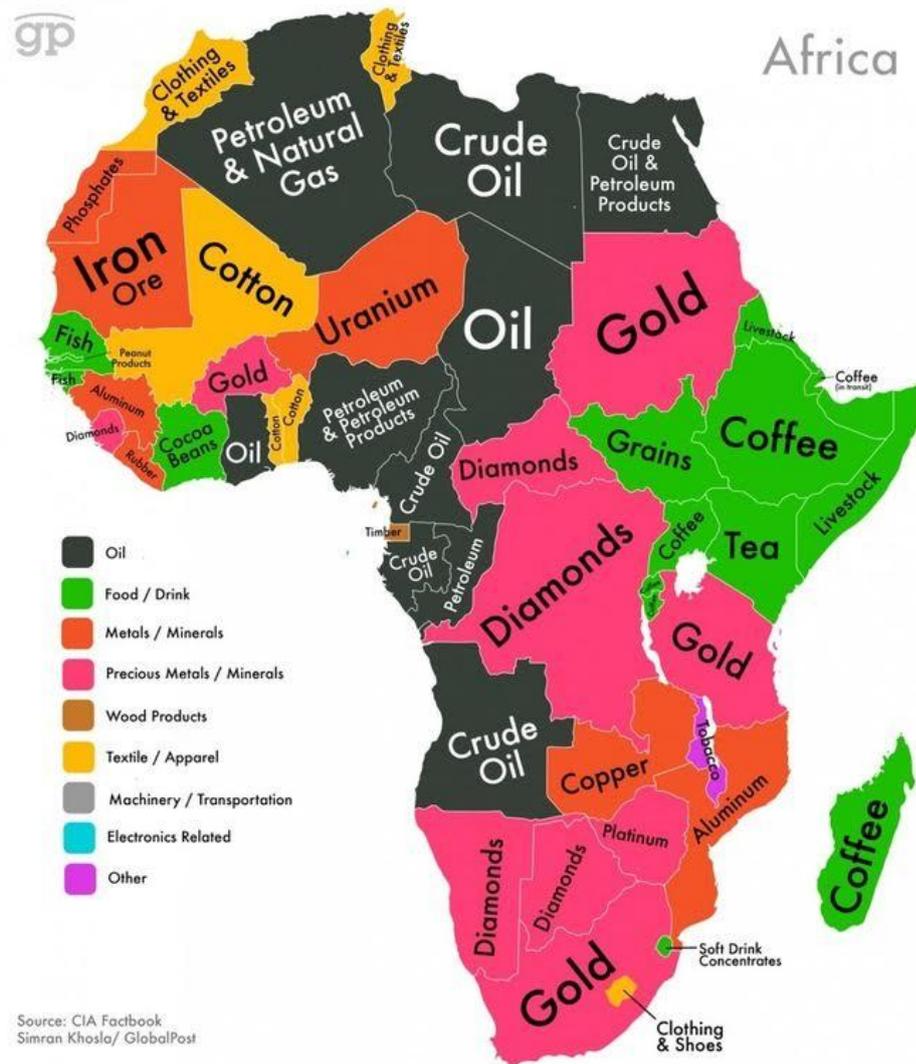
Fonte: UVA Geografia. 2014.

Conforme mapa acima, os Estados que compõe a África Saariana são banhados pelo Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico. A maioria dos habitantes é de origem árabe e islâmica, a população possui características físicas semelhantes às nações do Oriente Médio, devido à proximidade. A África Subsaariana é banhada pelo Oceano Atlântico e Índico e sua população é composta por diferentes religiões e etnias: cristãos, mulçumanos, judeus, entre outros. Pode-se ver que, culturalmente, a divisão entre África Saariana e Subsaariana é muito limitada.

Uma característica que diferencia uma parte da África com a outra vem da sua própria história, pois o Egito, por exemplo, teve seu desenvolvimento econômico iniciado muito antes de diversos países subsaarianos, a agricultura na região é melhor desenvolvida. A região norte também é banhada pelo Rio Nilo e Mar Mediterrâneo, antigo trajeto comercial, muito antes do período colonial, até pelo fato de o Egito e Marrocos, por exemplo, serem civilizações bastante antigas. Países como o Sudão na parte subsaariana – que hoje divide-se em Sudão e Sudão do Sul – vivem em conflito nos dias de hoje ainda, fator que agrava mais a situação econômica e social do continente. Contudo há exceções nesta divisão, um grande exemplo é a África do Sul que recebe muito investimento interno e externo e que tem sua economia mais desenvolvida que os demais países.

Obviamente que, visto o histórico de explorações do continente, os Estados africanos que possuem economias mais desenvolvidas, são os que recebem alto investimento externo principalmente devido ao que o país tem para dar em troca, além de força de trabalho: seus recursos naturais. De norte ao sul a África é repleta de minérios, e recursos naturais como o petróleo e o gás natural que são essenciais, se não vitais, para toda e qualquer economia se manter. O mapa abaixo mostra os minérios de cada região da África ainda nos dias de hoje.

Figura 8 - Recursos minerais da África no século 21.



Fonte: O Diário. África: Recursos minerais, exploração e guerra. 2009.

Um acontecimento marcante durante a luta pela independência afro-asiática dá corpo e nome aos recentes Estados independentes da região e é essencial para explicar a formação dos mesmos: a Conferência de Bandung. O próximo capítulo será dedicado a esta Conferência, pois, além da mesma, será mostrado como as relações afro-asiáticas são antigas, a determinação destas regiões em unir-se, cooperar entre si para superar as marcas que o colonialismo lhes deixou.

4. O ESPÍRITO DE BANDUNG E ÁFRICA: SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO OU UMA NOVA FORMA DE IMPERIALISMO?

No período da descolonização africana e asiática (afro-asiática), na década de 1950, surge a Conferência de Bandung, ocorrida na ilha de Java, na Indonésia, iniciada em 16 de abril de 1955. A conferência reuniu 23 países asiáticos e 6 africanos. Eles tinham em pauta, debater suas independências e reinserção no sistema internacional de forma economicamente independente tanto do liberalismo capitalista ocidental quanto da economia socialista planificada. À princípio a Conferência surgiu como um meio de solidariedade entre os Estados recém independentes, porém, os debates acerca do real interesse chinês no continente africano chamam atenção de estudiosos no século 21.

Para entender melhor aos olhos dos países asiáticos e africanos a posição dos mesmos perante um mundo novo cheio de mudanças e a posição deles perante eles próprios, a partir de seus movimentos nacionalistas, desde de 1955, será feito uma breve análise dos documentos advindos da Conferência de Bandung: os discursos das Conferências de Bandung de 1955; de Lusaka (1970); de Buenos Aires (1978); o Movimento dos Não-Alinhados (1961), entre outros importantes documentos como a Carta de Argel e as conferências de 2005 e 2015 referente a *New Asian-Africa Strategic Partnership* (NAASP).

4.1 A CONFERÊNCIA DE BANDUNG EM 1955

A Conferência de Bandung surgiu de um movimento de ex-revolucionários coloniais radicais: Jawaharlal Nehru da Índia, Sukarno da Indonésia, coronel Gamal Abdel Nasser do Egito e um dissidente comunista, o presidente Tito da Iugoslávia. A reunião ocorreu de 22 à 24 de abril de 1955 e abordou todos os temas de interesse da África, Ásia e Oriente Médio (depois os demais Estados do Terceiro Mundo foram aderindo). Cansados de serem dominados e verem seus direitos esvaírem, os países não-alinhados recusaram-se a escolher um lado entre os dois existentes durante a Guerra Fria. Havia nestas nações a certeza de que precisavam de um espaço para eles, por serem diferentes em todos os âmbitos nas nações já estabilizadas interna e internacionalmente. (Hrbek, 2010).

Estes Estados tinham claro que, embora houvesse certa semelhança, os socialismos de cada um eram diferentes entre eles e do socialismo soviético. O objetivo principal era acelerar o processo de descolonização, e garantir o não-alinhamento a nenhuma das potências da Guerra Fria. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015). Mesmo necessitando de apoio soviético e

ora apoio estadunidense (principalmente na América do Sul) durante a Guerra Fria, estes Estados pretendiam conservar sua soberania e vontades como Estados independentes. (HOBSBAWN, 1994; SARAIVA, 2008).

Pelo fato de os Estados do Terceiro Mundo entenderem que não se encaixavam em nenhum dos lados dos “combatentes” da Guerra Fria (capitalismos ocidental e socialismo soviético) e que aparentemente não tinham lugar de destaque nas suas relações, ou seja, permaneciam como periferia, eles formavam o grupo dos “não-alinhados”. A intenção dos Estados era, além dos objetivos citados acima, criar uma relação horizontal entre os países “pobres” ou menos desenvolvidos, iniciando uma relação de solidariedade e cooperação. Estes movimentos deram origem a relação sul-sul que se vê hoje. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

Dentro das relações China-África, a primeira sempre procurou deixar claro suas intenções com relação aos demais países do sul, mantendo como princípios: coexistência pacífica, respeito recíproco pela soberania e integridade territorial das partes, não intervenção nos assuntos internos das partes, não agressão, igualdade e privilégios recíprocos (MEDEIROS, PEREIRA, 2015). Tais princípios apenas reforçam a teoria de Império da China trazida por Zhao, conforme mencionado anteriormente, quando o mesmo fala que um império precisa ser bom para seu povo para ser longo. É dessa forma que os chineses acreditavam que deveria ser suas relações com os demais países do mundo, principalmente com os que fazem parte do seu grupo, o Terceiro Mundo.

Importante ressaltar que antes da Segunda Guerra Mundial e dos movimentos de descolonização houveram conferências que reuniram as então colônias europeias. Como destaque foi a Conferência de Berlim (1926) e a de Bruxelas (1927). Nascia ali já um sentimento e desejo de reconhecimento, de soberania dos povos colonizado. Porém, estes movimentos nacionalistas ganharam corpo somente em na década de 1950, incentivando a Conferência de Bandung, quando as independências já eram uma realidade. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

Dentro dos documentos da Conferência de Bandung pode-se observar com precisão os acordos feitos entre os países asiáticos e africanos.

A Conferência de Bandung de 1955, iniciada oficialmente em 18 de abril com término no dia 24 do mesmo ano, abordou os temas que assolavam as populações do sul, buscando fortalecer pontos cruciais como: a economia, cultura, direitos do homem e promoção da paz e da cooperação internacional. Na questão econômica, os Estados incentivaram a criação de acordos multilaterais afim de aflorar o comercio entre os países participantes da conferência

e também os demais, ou seja, os desenvolvidos. Na questão cultural, era essencial preservar as tradições nacionais, mas era de grande valia investir em intercâmbio de professores, alunos, a transferência de conhecimentos (além da tecnológica). Com relação aos direitos dos homens, os países concordaram que era essencial a participação de todos na ONU e adesão à Declaração Universal dos Direitos Humanos. E como espírito de solidariedade que rege a conferência, era também de grande importância que os países já independentes dessem apoio, incentivo e ajudassem diretamente os que ainda era colônias. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

Participaram da primeira Conferência 23 países asiáticos e 6 países africanos. São eles: Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul, Tailândia, Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, Turquia, Gana, Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão. A baixa representatividade dos países africanos é justificada na ainda colonização do continente. Porém, os poucos países que fizeram parte souberam representar bem seus interesses em prol do continente inteiro. (SARAIVA, 2008).

Desde a primeira conferência em 1955, os países afro-asiáticos (deve-se considerar também os países ocidentais do Terceiro Mundo) solicitam espaço na maior organização internacional para a paz mundial: a Organização das Nações Unidas, pois afirmavam que a mesma somente dava privilégios aos países desenvolvidos ocidentais. Com a inclusão da China como membro permanente da ONU, os países não-alinhados sentiram-se mais acudidos. Porém, na percepção destes, ainda há muito a se avançar quanto ao lugar destes países em organizações de tamanha importância. No último encontro da conferência realizado em 2015, por exemplo, em documento os países solicitam que seja feita uma reforma na organização da ONU, dando maiores oportunidades aos países “periféricos” de terem voz. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

Desde 1955, são realizados encontros afim de avaliar como e o que os Estados tem feito para cumprir com os princípios basilares da Cooperação Afro-asiática desde a primeira conferência. Em Bandung, os Estados conseguiram formular os objetivos que sustentariam suas ações, tais como os dez princípios da coexistência:

- 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme a Carta das Nações Unidas;
- 2) Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, sejam elas pequenas ou grandes;

- 4) Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países;
- 5) Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas;
- 6-a) Rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências e fim do imperialismo;
- 7) Recusa a atos de ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- 8) Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas;
- 9) Estímulo dos interesses mútuos e a cooperação;
- 10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais. (BANDUNG, 1955; MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

Além da Conferência de Bandung, e posteriormente a ela, surgiram diversos movimentos pró Terceiro Mundo, como o Movimento dos não-alinhados (MNAL ou somente MNA), em meados de 1960. Segundo Medeiros K. e Pereira (2015) tal movimento foi como uma institucionalização da Conferência, para atender na prática as necessidades e reivindicações do Terceiro Mundo.

4.1.1 O Movimento dos Não-Alinhados

O movimento surgiu como inspiração da Conferência de Bandung, em 1961 em Belgrado na Iugoslávia, ficando conhecido como Declaração de Belgrado. Participaram deste evento os seguintes países: Afeganistão, Algéria, Burma (Myanmar), Camboja, Ceilão, Congo, Cuba, Chipre, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Iraque, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Tunísia, República Árabe Unida (Atuais Egito e Síria), Iêmen e Iugoslávia; e observadores: Bolívia, Brasil e Equador.

Este movimento teve como palco de debate, principalmente, a forma como estes países se desenvolveriam econômica, política e socialmente sem a interferência ou influência de nenhum dos lados da Guerra Fria. Era, pois, uma tarefa difícil, tendo em vista que grande partes dos Estados deste movimento eram socialistas, à sua maneira, mas eram. Inclusive, o imperialismo informal que seguiu norteando as ex-colônias, mesmo após suas independências, apenas deixava mais claro que o movimento dos não-alinhados deveria continuar.

Um outro grande objetivo do movimento, era a insistência contra o armamento, principalmente quando referia a armas nucleares. Os países não-alinhados não possuíam suas economias favoráveis e não tinham capacidade suficiente para investir em armamento, dessa forma, para sua maior segurança, o desarmamento (de início) seria uma grande vitória.

Por fim, a Conferência ou cúpula realizada em Belgrado, serviu para reforçar os objetivos de Bandung: a não cooperação entre os países não-alinhados, a não intervenção em outros territórios, sendo parte ou não do movimento, a soberania de suas nações, entre outros pontos. Este entre outros movimentos foram o início do mundo começar a ouvir a voz do Terceiro Mundo, conforme citação de Rothfeld, Dias, Bertolo e Melo (p. 601, 2013):

Portanto, a Primeira Conferência dos Países Não Alinhados, ou Conferência de Belgrado, serviria não apenas como o início oficial do movimento, mas também como um espaço onde o Terceiro Mundo passaria a ter mais visibilidade e voz para discutir problemas que afetam grande parte do planeta, como a ameaça nuclear.

É importante destacar que o MNAL diferenciou o termo Terceiro Mundo dos “Não-alinhados. Segundo os escritores acima mencionados, Terceiro Mundo diz respeito a condições econômicas e sociais e miséria. Enquanto o não alinhamento referia-se a diversas posições socioeconômicas no sistema internacional. Por este motivo anteriormente foi feita referência dos diferentes socialismos em comparação com o socialismo soviético. São posições políticas diferentes, não alinhadas com a potência do momento (URSS). Já o Terceiro Mundo, vê-se que muitos Estados fazem parte, porém todos são diferentes economia, política e socialmente, embora enfrentem problemas parecidos.

Embora o MNAL não tenha conseguido se desenvolver muito devido à alta diversidade entre os países do Terceiro Mundo, o mesmo contribuiu para contínuas conferências e movimentos que surgiram ao longo dos anos, inspirados na Conferência de Bandung. O Grupo 77 ou G-77, e a *United Nations Conference on trade and development* (UNCTAD, 1964) foram duas ações promovidas em meio a ONU após o MNAL de 1961, e são exemplos de que os países do Terceiro Mundo estavam conquistando seu espaço internacionalmente. O grupo surgiu com principal intenção de debater a economia do Terceiro Mundo, pressionando um entendimento mundial do caráter agroexportador destes países para que houvesse um auxílio maior vindo dos países desenvolvido. Outra Conferência marcante foi a de Havana, em 1966, que reuniu além dos países africanos, asiáticos e do oriente médio, os

países da América Latina. Foi o início de uma luta maior em busca de apoio e solidariedade entre estas regiões. (ROTHFELD; DIAS; BERTOLO; MELO, 2013).

Dessa forma pode-se perceber que os movimentos nacionalistas por mais que já existiam antes de 1955 nos países afro-asiáticos, somente com a Conferência de Bandung a voz destes povos passou a ser ouvida. A partir de então os países asiáticos dedicavam-se em uma aliança intensa com a África.

Referente a primeira Conferência de Bandung, será tratado aqui o discurso extremamente motivador feito pelo presidente Sukarno da Indonésia (país hospedeiro da primeira conferência) na abertura da Conferência, em 18 de abril de 1955. Ele reforçou a real intenção do encontro dizendo que aquela era a hora dos povos asiáticos e africanos, brutalmente colonizados, de se levantar, mostrar sua força por meio da cooperação e solidariedade uns com os outros. (BANDUNG, 1955).

Sukarno (p. 4, 1955) fala do crescente medo que guia o mundo no contexto da Guerra Fria, medo principalmente do confronto e consequências que trariam para os países do Terceiro Mundo. Ele diz então:

[...] do not be guided by these fears, because fear is an acid which etches man's actions into curious patterns. Be guided by hopes and determination, be guided by ideals, and, yes, be guided by dreams!

Neste primeiro discurso, Sukarno (1955) já chama atenção para o que vem a ser o neocolonialismo. Ele alerta seus parceiros dizendo que o colonialismo tem mais de uma face e o mesmo não morre com o fim da Segunda Guerra Mundial. Ele surge como formas de controlar os países economicamente, além da influência política e social dentro das suas ex-colônias principalmente.

Ao final de sua fala, Sukarno (1955) menciona as diferenças entre os países afro-asiáticos e entre estes com o resto do mundo. Menciona que a sua região (a Ásia) é altamente diversificada religiosamente mas nem por isso deve ser palco de desrespeito e conflitos. Sukarno (1955) deixa claro que, somente perante o respeito, compreensão e esclarecimento dos objetivos a serem buscados pelos países participantes é que estes povos teriam uma região afro-asiática desenvolvida, melhor, superando as dificuldades impostas pela história. Acima das diferenças, o presidente enfatiza a semelhança entre os recém descolonizados e os ainda a se

descolonizar, pois todos estavam caminhando em uma mesma direção, com os mesmos objetivos.

Ao fim da Conferência, os Estados elaboraram um documento com as premissas da Conferência e os desafios a serem superados pelos países em todos os âmbitos principalmente no econômico, político e social. É formalizado então os dez princípios de Bandung (conforme já mencionado anteriormente) no documento intitulado: *Final Comunique of the Asian-African Conference*. (BANDUNG, 1955).

4.2 COOPERAÇÃO ÁSIA-ÁFRICA NO ESPÍRITO DE BANDUNG

Conforme mencionado anteriormente, além do encontro dos países não-alinhados em Bandung, houveram muitas outras “reuniões” com os mesmos objetivos, porém novos assuntos, de acordo com as novas necessidades e problemas que vinham surgindo.

Após a Conferência de Bandung, os países “periféricos” passam por uma crise econômica onde suas exportações caem drasticamente, em meados de 1960. Para agravar a situação, os países independentes detinham muitas dívidas com os países desenvolvidos, advindas de serviços financeiros realizados por estes, com direito a juros, multa e tudo mais. Neste cenário de intensa dependência, surge a Conferência de Lusaka de 1970, capital da Zâmbia, país do sudoeste africano. A mesma serviu para reavivar a autossuficiência coletiva, que seria a questão de os Estados afro-asiáticos não esperarem por mudanças vindas dos países desenvolvidos: para o bem deles, eles precisam fazer a mudança.

Coube a Conferência reafirmar as questões contidas na Conferência de Bandung, incentivar parcerias militares entre os Estados e o melhor aproveitamento dos recursos naturais de cada país e seguir com os esforços para uma universalização da ONU, que teve consequências na aceitação da República Popular da China como verdadeiro representante do povo chinês, substituindo Taiwan, em meados de 1970. O mundo observa a partir de 1970 um grande avanço nas Relações Internacionais entre os “três mundos”.

Em 1973, os países não-alinhados apresentam a Carta de Argel. Nela, eles exigem pela primeira vez com tanto veemência, mudanças que acreditam serem essenciais para alcançar seus objetivos no Terceiro Mundo. Eles mostram-se a favor do fim dos diversos conflitos que irromperam de sul a sul, após as dependências formais, entre outras reivindicações impostas com maior vigor pelo grupo. (EDMONDSON, 2010; MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

Perante a apresentação desta Carta, os Estados do Terceiro Mundo foram até as Nações Unidas debater problemas advindos do comércio e desenvolvimento econômico dos

mesmos. Um ano após este acontecimento, é estabelecido a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial, onde a ONU dá maior espaço para as propostas do Terceiro Mundo, visando a expansão da organização internacionalmente. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

A Conferência de Buenos Aires de 1978, é vista como a primeira junto à ONU a debater o Terceiro Mundo. Durante a mesma, os países já estão mais inseridos na organização então as Cooperções Sul-Sul “passam a ser cada vez mais institucionalizada no âmbito da ONU”. (p.15, MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015). A partir de então, nas décadas de 1980 e 1990, a nova ordem internacional solicitada pelo Terceiro Mundo começa a surgir, embora ainda houvesse muitos obstáculos para enfrentar.

À respeito da Conferência de Bandung, como a mesma foi um marco na história de cooperação afro-asiática, os líderes dos Estados participantes unem-se para fortalecer os vínculos que os uniram-se em 1955.

Como uma continuação entre as diversas conferências mencionadas, as nações do Terceiro mundo continuaram a realizar encontros a fim de debater assuntos específicos da cooperação sob o Espírito de Bandung, espírito dos povos oprimidos, mas também espírito de liberdade, justiça e paz. Houveram reuniões em 1995, em 2002, 2003 e 2004.

Acompanhando as rápidas mudanças, em 2005, houve uma nova conferência. A mesma ocorreu em Jakarta, na Indonésia, entre 22 e 23 de Abril do mesmo ano. A reunião teve como objetivo principal o anúncio da *Declaration on the New Asian-African Strategic Partnership*, que, por sua vez, tem como objetivos: o encorajamento entre os dois continentes para uma maior cooperação; combate a crimes transnacionais; combate contra a corrupção generalizada na região; proteção aos Direitos Humanos; fortalecimento das instituições democráticas; cooperação na reconstrução, quando necessário, pós conflitos, além de tentativa de combate aos conflitos, entre outros pontos. Foi decidido que os países se reuniriam de quatro em quatro anos. (NAASP, 2005). Assim aconteceu em 2009, em meio a conferência do *Forum de Cooperação China-África* (2009).

Em 2015, entre os dias 24 e 25 de abril, os Estados se reuniram novamente na Indonésia, agora com 91 países adeptos ao movimento. Já no século 21 a percepção de crescimento destes países é maior, afinal, muita coisa mudou desde o primeiro encontro em 1955. Com palavras de superação, o presidente da Indonésia Joko Widodo faz um breve discurso para a *Declaration on Reinvigorating the New Asian-African Strategic Partnership*, lembrando a trajetória que percorreram, os avanços contra o neocolonialismo, contra o

racismo (apartheid na África), entre outros fatos históricos que foram formando a identidade destes Estados. (BANDUNG, 2015).

4.2.1 Forum de Cooperação China-África - 2000

Em harmonia com as iniciativas de cooperação de 1955 e a fim de aproximar-se ainda mais da África e fortalecer as relações sul-sul, em outubro de 2000 o presidente chinês Jiang Zemin tomou a iniciativa para criar o *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), em Beijing. A criação deste fórum é considerada um grande avanço nas relações sino-africana, tendo como objetivo criar laços mais fortes entre China e África afim de fortalecer as relações econômicas e o desenvolvimento de ambos em todas as áreas: educação, saúde, infraestrutura, economia, entre outras. Fazem parte deste Fórum os seguintes países (44 africanos e a China): China, Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burundi, Cabo Verde, Camarões, África Central, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Seychelles, Senegal, Somália, África do Sul, São Tomé e Príncipe, Sudão do Sul, Tanzânia e Topo. (FOCAC, 2000).

A primeira conferência ministerial do FOCAC aconteceu do dia 10 à 12 de Outubro de 2000. Aberta pelo discurso do então presidente chinês Jiang Zemin, carta intitulada *Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation* (2000), a conferência busca reforçar as intenções tanto chinesas quanto africanas de manter fortes as relações mútuas e de diálogo coletivo, principalmente nas áreas econômica e social. Em seu discurso, Zemin diz que ainda há muito a se fazer para alcançar uma Ásia e África pacíficas (sem conflitos internos) e desenvolvidas. E, para que isso seja possível, é necessário um mundo mais pacífico e seguro, com menos desigualdade, com Estados dispostos a combater as injustiças em todos os âmbitos das relações internacionais; Estados que lutam pela segurança de todos os povos realmente, no combate ao terrorismo e a proibição de todas as armas de destruição em massa. Este último ponto, é interessante destacar, sempre esteve presente nas falas dos povos do Terceiro Mundo. (FOCAC, 2000). A justificativa pode facilmente vir da história de colonização e imperialismo nas regiões.

Outro ponto importante no discurso da primeira conferência, é a afirmação de que a globalização tem tornado os países mais interdependentes, porém os benefícios são sempre voltados para os países desenvolvidos. Dessa forma, os Estados membros da Conferência

afirmam que os países desenvolvidos tem a responsabilidade e obrigação de promover assistência financeira, tecnológica entre outras para os países menos desenvolvidos, principalmente, os africanos. Para tanto, foi publicado um documento de ações estratégicas para o desenvolvimento econômico de ambos: *Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development* (2000). Neste documento são reforçadas as ações que tanto a China quanto a África devem promover juntas, para o benefício mútuo dos governos. (FOCAC, 2000).

Desde a criação do FOCAC, foram realizadas 6 conferências até o momento, pois as mesmas são realizadas de três em três anos. A segunda conferência foi realizada em Addis, capital da Etiópia de 15 à 16 de novembro de 2003. Neste encontro, entre os assuntos debatidos no *Forum on China-Africa Cooperation-Addis Ababa Action Plan*, estão: a decisão chinesa de fornecer treinamento de segurança para que a África consiga realizar operações de manutenção da paz; na questão econômica, a China informa a decisão de conceder tratamento de tarifa zero a algumas commodities africanas; na educação, a China informa que continuará auxiliando na formação técnica e profissional em alguns países africanos; na agricultura, ambos os lados entendem que é preciso cooperação de ambos, pois é com o desenvolvimento da agricultura que acharão meios para a erradicação da fome e pobreza; na área da saúde, a China informa que continuará fornecendo ajuda, enviando medicamento e assistência médica devido aos grandes surtos de malária, HIV, entre outras doenças. (FOCAC, 2003).

A terceira conferência ocorreu em Beijing (FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATIONBEIJING ACTION PLAN), entre os dias 3 e 5 de novembro de 2006. Nesta foi também celebrado o aniversário de cinquenta anos desde a primeira reunião para cooperação sino-africana (Conferência de Bandung). Nesta reunião, além de reforçar os pontos das reuniões anteriores, houve maior debate sobre os investimentos chineses na África, principalmente na construção de obras importantes para o giro do comércio africano. (FOCAC, 2006).

A quarta conferência foi em Sharm El Sheik, no Egito, entre os dias 8 e 9 de novembro de 2009. A quinta, ocorreu novamente em Beijing de 19 à 20 de julho de 2012. E a sexta foi em Johannesburg, entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2015. Novamente as partes analisaram os planos de ação criados anteriormente e se conseguiram realiza-los. Em todos os discursos, eles afirmam que sim, que conseguiram cumprir com seus compromissos.

E assim ~~ocorreu~~ aconteceu em todas as conferências. Foram analisados as relações sino-africanas durante dos anos anteriores à última conferência e realizado novo plano de ação. Em todos os encontros as partes reforçam o Espírito de cooperação nascido em 1955 na primeira

conferência de Bandung, e que esta crescente cooperação deve ser mantida para superar todos os obstáculos para o crescimento dos países africanos principalmente.

Ambos os lados do FOCAC afirmam procurar estabelecer e desenvolver conjuntamente uma parceria estratégica e cooperativa abrangente entre China e África, com igualdade política e confiança mútua, cooperação econômica para resultados positivos, intercâmbios e aprendizagem mútua entre as duas civilizações, assistência bem como solidariedade e cooperação em assuntos internacionais. Para atingir este objetivo, muitos acordos foram firmado entre a China e alguns países africanos. Mesmo assim, é nítido que os países africanos possuem maiores desafios que os asiáticos à respeito de desenvolver suas economias, de estabilizar seus índices sociais que apontam uma saúde e educação precárias. Por este motivo, a China tem “aliviado” algumas dívidas que alguns países africanos pobres tinham com a mesma. (FOCAC, 2003).

Com o apoio da China, a África conseguiu oficialmente criar a União Africana em 2002¹¹, que teve como principal objetivo focar nos interesses africanos, fortalecer as políticas internas dos países, denunciar desrespeito aos Direitos Humanos na África, entre outras ações a fim de fortalecer o continente africano. (CORDEIRO, 2017; UNIÃO AFRICANA, 2017).

Feito então a breve análise de alguns documentos importantes à respeito da cooperação sino-africana, será tratado a seguir, de como isto é visto na prática e alguns dos motivos que levam a China a buscar constantemente uma aliança forte com a África. Afinal, seriam estas relações somente sobre cooperação e solidariedade sul-sul?

4.3 CHINA-ÁFRICA: COOPERAÇÃO DUVIDOSA

Segundo Medeiros e Pereira (2015), pelo fato de os movimentos nacionalistas (alguns nacionalistas socialistas) do Terceiro Mundo terem surgido primeiramente na Ásia, este continente tem desde o início da Conferência de Bandung, um *status* de liderança nas ações movidas entre relações sul-sul. As relações da China com o continente africano são muito antigas, até mesmo antes da colonização europeia no país asiático, até pela proximidade de ambos. Essas relações cresceram ainda mais após a Conferência de Bandung, onde os países passaram a ter claro os seus objetivos em relação ao seu próprio Estado e com relação aos

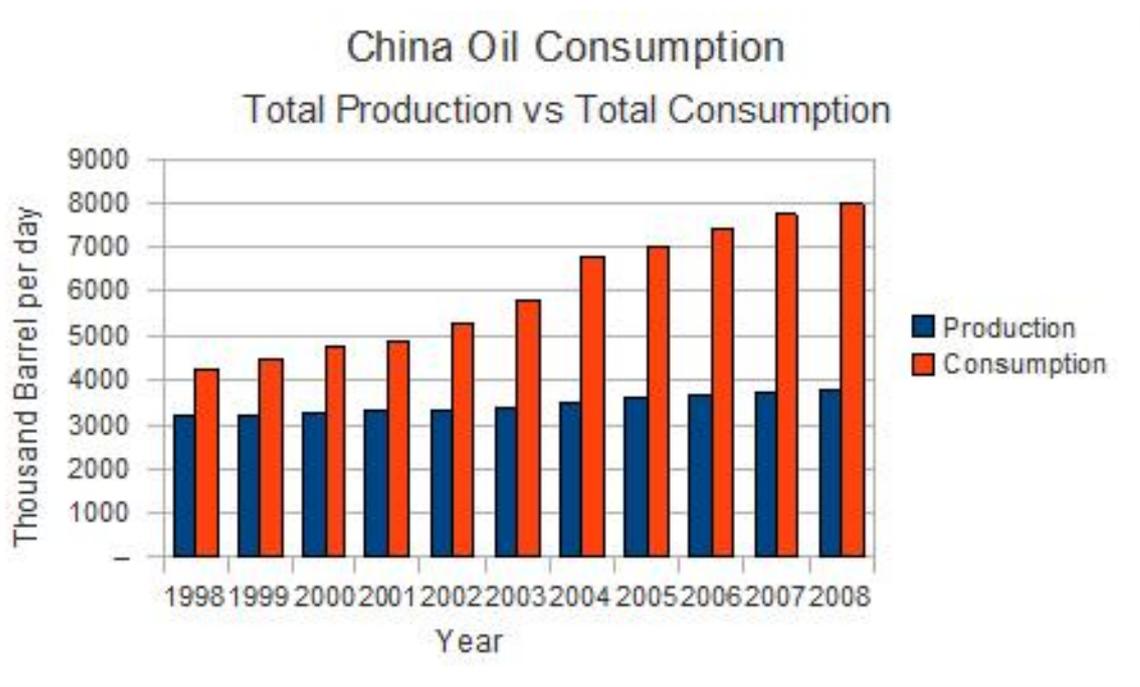
¹¹ Em 1963 houve a criação da Organização Unidade Africana (Africa Unity), com o intuito de incentivar a independência e o fim do racismo durante o intenso regime do *apartheid* no continente africano. (CORDEIRO, 2017; UNIÃO AFRICANA, 2017).

demais. A base de tudo passa a ser a cooperação e a solidariedade. (LYRIO, 2010; PECEQUILO, 2014).

Desde a era das dinastias chinesas, a China teve como uma das premissas nas relações internacionais a de não intervenção em outro Estado, respeitando-o como soberano. Mesmo após as bruscas invasões em seu território, o país manteve essa política que apenas foi reforçada na Conferência de Bandung em 1955 e nas posteriores até os dias de hoje, que já envolve diversos acordos comerciais. A ascensão “pacífica” da China por meio de intensos investimentos internos principalmente a partir de 1970, foi o que abriu espaço para o país se impor com mais veemência na sua região, transformando suas relações com os países africanos. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

A população chinesa cresceu de forma absurdamente rápida e, embora o país tenha uma grande extensão territorial e muitos recursos naturais, a demanda por hidrocarbonetos superou a produção chinesa, principalmente de petróleo (gráfico 1 abaixo). Além de recursos naturais, o gigante asiático começou a demandar da África produtos não comumente exportados pelo continente, como commodities processadas e bens de consumo doméstico. A África, por sua vez, ainda em processo de descolonização em algumas regiões, busca aproveitar o interesse (e necessidade) chinesa por seus produtos, intensificando a relação afro-asiática. (BROADMAN, 2008). Em meio as estratégias de cooperação e solidariedade advindas das Conferências anteriormente citadas, a China investe em países africanos específicos e a África lhe beneficia com seus produtos mais baratos, além de abrir as portas para a exploração de empresas chinesas do petróleo africano, por exemplo. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015).

Gráfico 1 - Consumo do petróleo na China de 1998 à 2008.



Fonte: Blog Brasil e China, 2011.

O gráfico acima mostra o alto consumo de petróleo na China e a produção do mesmo. No período mencionado, o consumo por petróleo cresceu cerca de 6,3% ao ano. Percebe-se que a produção doméstica, embora fosse alta, não conseguiu acompanhar esta demanda. De acordo com a *U.S. Energy Information Administration* (2014), a China é hoje o maior importador de petróleo (e de outros combustíveis líquidos).

Desde o início do século 21, as relações sino-africanas tem aumentado significativamente. A China tem investido pesadamente em diversos países africanos, em todas as áreas possíveis de investimentos, mas principalmente na economia por meio de Investimento Externo Direto (IED). A China “perdoou” dívidas externas de cerca de 30 países africanos; construiu um Centro de estudos e pesquisas sobre o terrorismo em Argel, para combate ao mesmo, durante a segunda conferência do FOCAC (meados de 2003); investiu pesadamente em construções de fábricas para movimentar o mercado interno africano, gerar empregos e, de certa forma, “aliviar” a pobreza; investiu também nos projetos que abrangem a agricultura, energia elétrica, material de construção, mineração, maquinaria e parques industriais; no início de 2008, a China forneceu mais de 1.900 soldados para operações de paz da ONU no continente africano (HUANG, 2008). Além de investimentos em bolsas de estudos ofertadas especialmente para estudantes africanos em instituições chinesas. (FOCAC, 2015).

O comércio entre a China e a África cresceu rapidamente entre 2007 e 2008. Em 2008, o comércio bidirecional atingiu cerca de US\$ 106,8 bilhões, alcançando o objetivo de US\$ 100 bilhões estabelecido pelos líderes chineses e africanos na Cúpula de Pequim no final de 2010, dois anos antes do cronograma. Atualmente, a China possui acordos de investimento mútuo com cerca de 30 países africanos como o Egito, África do Sul, Mali, Seychelles entre muitos outros. (FOCAC, 2015).

Com relação a breve análise documental feita anteriormente, é possível perceber que em todas as publicações das conferências do FOCAC, as ações de cooperação partiam muito mais da China para alguns países da África, do que da África para a China. A China criou um Fundo Africano de Desenvolvimento de Recursos Humanos exclusivamente para treinamento de pessoal africano, entre outros órgãos ligados aos governos africanos, mantendo-os dependentes da China. E a economia respondeu a favor destes investimentos. Nos últimos anos de cooperação sino-africana, a África passou a exportar para a Ásia um volume de produtos agrícolas comparado ao que exporta para os Estados Unidos e Europa. Os investimentos externos direto (IED) da Ásia para a África cresce rapidamente, embora o comércio de produtos em si (importação e exportação) tenha se destacado. (BROADMAN, 2008).

Quando fala-se que a China investe em países específicos da África, é referente a parceria econômica ser maior com países que possuem recursos naturais e minérios em abundância, como: Angola, África do Sul, Sudão, Nigéria. A necessidade chinesa de metais (alumínio e platina), petróleo, entre outros, não só a tornou uma parceira comercial dos países da África Subsaariana, mas também o maior investidor no desenvolvimento da região. (BROADMAN, 2008).

Há quem veja este constante avanço da China sob a África como puro interesse econômico, tendo em vista que 30% das importações chinesas de petróleo são da África; do total importado pela China da África em 2010, 61,9% representam recursos naturais como carvão, petróleo e gás natural e, conforme mencionado anteriormente, devido ao grande contingente populacional principalmente, a China precisa da África como aliada comercial justamente pelo fato de este continente ser rico nestes recursos energéticos. Os países que mantem uma relação mais próxima com a China, no geral veem esta relação com bons olhos, pois tem tido muitos benefícios como investimentos altos em diversas áreas da sua economia. (BROADMAN, 2008; RIBEIRO, 2015; RYSDYK, 2010).

Há alguns pontos negativos vistos nesta relação, um deles é que muitos países da África que possuem acordos preferenciais com a China, tem quase 90% de sua economia

dependente dessa relação. Então, caso estes acordos não sejam renovados, por exemplo, a economia destes países sofrerá um queda brusca. O que agrava mais ainda a situação é que os produtos manufaturados africanos não conseguem competir com os produtos chineses, nem no campo nacional nem internacional. Outro grande ponto contra as relações sino-africanas é que, apesar dos investimentos chineses na África serem altos, as empresas abertas neste continente que são estrangeiras, geralmente levam funcionários de seus países, principalmente empresas chinesas. Ou seja, não utilizam a força de trabalho local, e ainda causam a perda de produtividade das empresas locais, por estas não conseguirem competir com as chinesas. (RYSZYK, 2010).

Este último fator, é um dos que coloca em dúvida o discurso chinês de benefícios mútuos. Broadman (2008) diz que a China utiliza a África para satisfazer sua demanda interna por recursos energéticos, e para absorver sua intensa produção de manufaturados entre outros. E então pode ser analisado outros fatores. Por mais que os investimentos chineses tenham sido altos em diversos âmbitos na África, a pobreza ainda assola o país. Segundo Silva, Taets e Zanata (2016), – analistas das relações econômicas internacionais – os investimentos chineses tem sido direcionados para a extração de minérios e construções à favor da exploração chinesa e, embora tenha beneficiado o continente de certa forma, não é suficiente para auxílio no desenvolvimento econômico e social dos países africanos a longo prazo, pois há um grande risco de manter a África como um mero provedor de matérias-primas, sem avanço na industrialização, além de intensamente dependente desta relação.

Eles afirmam também que a intenção da China não é desenvolver o continente africano e sim, manter um local seguro para seu desenvolvimento agrícola, que internamente já não é suficiente para abastecer sua população; é ter um grande mercado consumidor de seus diversos produtos, os quais exporta para a África; além de ter acesso às diversas matérias-primas e recursos naturais com baixo custo. Por outro lado, sem os investimentos chineses nos países africanos, em alguns que ela tem influência e interesse, a África estaria ainda mais longe de um dia ter uma economia desenvolvida, ou ao menos em crescimento. (SILVA; TAETS; ZANATA, 2016).

Há estudos que comprovam que nos últimos dez anos a economia da África subsaariana teve crescimento exorbitante. O produto interno bruto de alguns principais países cresceu cerca de 51%, mais do que o dobro do mundo (23%) e quatro vezes maior que o crescimento dos [Estados Unidos](#) (13%). (WINKLER, 2015). Este crescimento acompanha a estabilização da inflação em grande parte do continente e os baixos preços de produtos de consumo interno. Porém, conforme análise do Banco Mundial (2016) o robusto crescimento

africano não significou redução da satisfatória da pobreza. Em suma, os países africanos possuem fatores positivos e negativos ao tentar visualizar se crescimento futuro. O país está recebendo cada vez mais investimento externo, favorecendo sua economia. Porém, a intensa pobreza e fome ainda são grandes problemas a serem enfrentados (CASTRO, 2016), o que a China tem se mostrado a favor se ajudar.

Contrários aos dados econômicos, alguns autores como Broadman e Huang (2008) acreditam que as relações sino-africanas tem “puxado” mais para o lado chinês, tendo em vista que a África continua com os mesmos problemas internos intensos de anos atrás e a China não se importar com o desenvolvimento dos Direitos Humanos da África, por exemplo, mostram, segundo este autores, o desprezo pelo desenvolvimento social do povo africano.

Entre dificuldades e superações, o fato é que a África precisa de um país forte como aliado para seu crescimento econômico e social. E, embora há indícios de que a cooperação chinesa para com a África tem sido mais benéfica para a economia chinesa, há uma grande expectativa que a China venha desenvolver a infraestrutura africana de uma forma que nenhum Estado conseguiu até então. (HUANG, 2008).

4.4 RELAÇÃO DA ASCENSÃO CHINESA SOBRE A ÁFRICA E A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS

Pouco tempo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos já agiam em prol de seus interesses, visando criar laços mais fortes com todas as áreas do globo para investir seu excedente de capital e expandir seus investimentos, empresas transnacionais pelo mundo. Eram alguns objetivos para se manter como potência econômica. Como tinha maior proximidade com a América Latina, seu interesse se voltava para a Europa e Ásia. Com o Plano Marshall os Estados Unidos conseguiram restaurar os Estados atingidos pela guerra: Europa e Ásia, para ter consumidores dos seus produtos e manter um giro econômico mundial.

Na Ásia, os Estados Unidos auxiliaram o Japão na sua reconstrução, fazendo-o rapidamente atingir novamente *status* de grande potência econômica. A China comunista se mostrava forte o suficiente para levar adiante os movimentos dos não-alinhados. (MEDEIROS, K; PEREIRA, 2015), enquanto o seu fortalecimento no continente africano apenas crescia. Ao perceber essa influência chinesa cada vez mais forte na África, os Estados Unidos iniciaram uma aproximação com a China ao final do século 20. A aproximação chinesa da África somada ao ataque terrorista nos Estados Unidos em 2001, fez o mesmo se engajar no continente africano

e oriente Médio mais profundamente, a fim de “combater o terrorismo” e, com segundas intenções, de manter presença na área de influência chinesa. (HUANG, 2008).

Os chineses concordaram com a aproximação China-EUA, e foi este um dos fatores que auxiliou no crescimento rápido da economia chinesa ao final do século 20, fazendo-a apontar como uma grande potência econômica no século 21. Mesmo com acordos comerciais com os Estados Unidos, a China pretendia manter suas relações com a África, já sabendo que os Estados Unidos se reaproximariam deste continente. Para os chineses, o ocidente tem uma ideia diferente e errada sobre como alcançar um desenvolvimento para o continente africano, pois sua história não condiz com a dele. Além disso, há um grande incentivo vindo da China para a estabilidade econômica e desenvolvimento africano, pois a mesma ganha economicamente com isto. Com base em discursos bastante influenciadores como os das conferências do FOCAC, eles conquistam cada vez mais espaço no continente africano. (BROADMAN, 2008; HUANG, 2008).

Embora as relações da China com a África não sejam efetivamente com todos os países do continente, a mesma desenvolve grande influência em grande parte dele, pois mantém relações com os “principais” países africanos (em termos de economia ou recursos naturais, seguindo a ideia do tópico anterior). Por mais que, conforme debatido anteriormente, há a ideia de um “aproveitamento” chinês diante do discurso de cooperação com a África, este país criou laços profundos com o continente africano difíceis de serem quebrados. O fato de ambos serem vizinhos, terem um histórico de colonização e imperialismo recente, o fato de a China procurar cooperação desde o início da República chinesa (1949) e não impor mudanças nos governos africanos em prol do respeito aos Direitos Humanos, faz com que a confiança entre eles seja maior. O empenho do governo chinês em ajudar, proteger e apoiar a África em suas decisões é outro ponto a favor da manutenção desta relação e é o que faz os líderes africanos concordarem, em sua maioria, que a relação é de benefícios mútuos sim. (BROADMAN, 2008).

Enquanto as relações entre os EUA-Estados Unidos e os chineses são geralmente estáveis, os membros do Congresso norte-americanoestadunidense temem sobre o futuro das relações com a China, alguns vendo a mesma como uma ameaça a economia e segurança dos Estados Unidos. Esta visão pode inevitavelmente limitar a capacidade dos formuladores de políticas voltadas para o futuro a construir relacionamentos mais produtivos para os interesses americanos, juntamente com os chineses na África.

Além disso, os investimentos chineses atualmente estão atingindo grandes escalas. O desempenho educacional chinês em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática tem superado o americano em diversas disciplinas estratégicas, o que pode deixar os EUA-Estados

Unidos em uma posição desfavorável. A China hoje é o segundo país que possui maior gastos militares, é a maior economia mundial e de acordo com as estatísticas do FMI, pretende permanecer no ranking pelos próximos anos. Para se ter uma ideia, os Estados Unidos representavam 21,8% da economia internacional em 1980, caíram para 15,3% em 2017 e, de acordo com as estatísticas, devem ficar em 14,1% em 2022. Já a China, foi um dos países que mais surpreendeu: em 1980, sua participação no PIB mundial era de 2,3%. Em 2017, a China já representava 18,3% e deve chegar a 20,4% do PIB mundial em 2022. (UOL, 2017; SILVA; TAETS; ZANATA, 2016).

Novamente o debate declinista *versus* renovacionista voltam à tona. Conforme debate inicial à respeito, pode-se fazer a seguinte análise. Para o pensamento declinista, os Estados Unidos perdem o controle das expansões financeiras já com a invasão ao Iraque para o combate ao terrorismo em 2003, sendo esta uma guerra desastrosa para os Estados Unidos e para o próprio Iraque e que foi muito mal vista internacionalmente. Outro ponto importante foi a Primavera Árabe (2010 – 2011), quando os Estados Unidos mostraram-se incapazes de controlar a situação e que a ascensão chinesa só viria a auxiliar neste declínio. (BROADMAN, 2008). Do ponto de vista renovacionista, uma ascensão chinesa a potência hegemônica mundial seria, hoje, muito difícil, por alguns fatores, como o fato de a China ter muitos problemas internos para solucionar, não se mostrando hábil para lidar com tamanha responsabilidade em “governar o mundo”. (HUSSAIN, 2017).

Porém, tendo em vista a crescente influência chinesa sobre algumas das principais economias africanas podem apontar a intenção chinesa de domínio do continente como um todo. Como prova disso, hoje é possível perceber como essa influência da China sobre o continente africano impõe respeito nas demais nações. Por exemplo, as relações da China com o Sudão são estritamente econômicas, devido ao petróleo que o país possui. Porém, o Sudão enfrentou uma intensa guerra civil que levou a separação do país em dois: Sudão e Sudão do Sul. As autoridades americanas pressionaram o governo a intervir no local devido ao grande número de civis mortos, porém, como a China estava presente na região, eles foram cautelosos à respeito e não chegaram a intervir de fato na região.

Hoje, com o novo governo estadunidense de Donald Trump, o mundo acredita em novas perspectivas nas relações China-EUA-África. Jendayi Frazer, antiga embaixadora dos EUA-Estados Unidos na África do Sul (2016), acredita que os Estados Unidos abandonarão a questão dos Direitos Humanos na África. Permanecerão com suas bases militares a fim de manter o combate ao terrorismo. Este pensamento de Frazer ressalta o que os declinistas pensam

à respeito dessa possível nova ordem mundial, um declínio dos Estados Unidos e a ascensão da China no continente africano. (BROADMAN, 2008).

Diante dos debates aqui feitos, procurou-se entender que há uma certa ameaça a influência dos Estados Unidos na África devido à crescente influência chinesa. A cooperação sul-sul parece estar superando as expectativas e, conforme dito anteriormente, há grandes “esperanças” de que a China consiga erguer o continente africano economicamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a História das Relações Internacionais a partir de Vestfália (1648) e acerca dos debates sobre o conceito de hegemonia, além de debates sobre declínio e ascensão de potências, o mundo viveu sob o controle de poucas. Hoje, é possível ver que novamente estamos vivendo mudanças que podem vir a mudar o curso da História ~~novamente~~.

O presente trabalho procurou analisar qual o lugar da África na expansiva política externa da China hoje, relacionando essa posição à ordem hegemônica atual. Ao longo do estudo, a caminhao de uma resposta a esta pergunta, verificou-se que, a China procurou obter uma relação próxima com a África desde o início da República Popular da China em 1949. O continente africano ainda estava lutando ~~pela-por~~ sua independência formal e precisava de apoio. Foi o que a China forneceu.

A África viveu intensos períodos de exploração sem um único plano de ação em prol do continente. Com o discurso chinês de cooperação e solidariedade para juntos formarem um “sul” mais forte, vê-se que não havia outro caminho para o continente africano. Tendo em vista que a economia africana cresceu de forma extraordinária nos últimos 60 anos de cooperação, é inevitável afirmar que as relações sino-africanas foram-lhes de alguma forma benéficas.

Pode-se perceber que esta relação mexeu com a posição dos Estados Unidos, que a partir do século 21 começaram a investir mais fortemente na África, como forma de impedir a expansão da China sobre este continente. Porém, foi verificado que a China impôs, com o tempo, respeito perante seu território e suas áreas de influência. Pois, para intervir em alguma situação da África, por mais que seja a partir da ONU, os Estados Unidos de certa forma consultam o governo chinês antes.

Entre todos os fatores que indicam um declínio ~~estadunidensenorte-americano~~, está como principal, a ascensão de uma nova potência, a China e o fato de os Estados Unidos não conseguirem mais controlar esta potência econômica. Para manter sua posição, os Estados Unidos tem investido fortemente ~~na Africano-continenteafricano desde o início do século 21~~.

Para enfatizar este pensamento, pode-se analisar o seguinte: durante a hegemonia britânica, a potência procurou exercer influência em todas as regiões ao seu redor e assim, influenciar o mundo, mostrando ser possível beneficiar a todos com sua hegemonia. Os Estados Unidos atuaram, à princípio da mesma forma, utilizando seu *soft e hard power* continuaram a expansão do sistema capitalista liberal pelo mundo. A China, por sua vez, passou a utilizar claramente nos últimos anos sua influência *soft power* principalmente no continente africano,

porém mantendo seu discurso de não ter a intensão de subir à potência hegemônica e de manter relações de mútuo benefícios com o continente.

A China em nenhum momento demonstrou desejo em governar o mundo, mas sim, manter a sua área de influência sob seu controle: a África. Embora haja o discurso de ambos os lados de benefícios mútuos nas relações, a China mantém relações com a África por puro interesse econômico. Já a África, acaba não percebendo o nível que atingiu a influência chinesa em seu território, não percebendo também que os investimentos externos chineses, raramente preocupam-se de fato com o bem-estar da população ou seu crescimento econômico a longo prazo.

Dessa forma, entende-se que a China não busca “substituir” os Estados Unidos como potência hegemônica mundial, porém, conforme o histórico das ações e do discurso chinês, eles mostram-se dispostos a manter uma forte cooperação sul-sul, buscando cada vez mais um “lugar” de destaque no mundo, em meio aos países desenvolvidos. E de acordo com esta ambição chinesa, à princípio regional (na África), é que estará o possível declínio dos Estados Unidos como potência mundial, pois a partir disso, eles abririam espaço para outras potências, perdendo cada vez mais lugar (com exceção de seu domínio nas Américas).

Com base nos debates de declínio e analisando os pontos positivos e negativos de uma decadência ~~norte-americana~~ Estados Unidos, é possível sim ver uma ascensão chinesa à dominação do continente africano, que a longo prazo, pode vir a deixar de lado os Estados Unidos nesta relação.

Não é possível ainda comparar a China às potências hegemônicas históricas, até pelo fato de seus problemas políticos internos não serem estáveis, além de sua extrema dependência de produtos de outros países. Mas é possível verificar como, sorrateiramente, o país está exercendo influência em quase um continente inteiro, a ponto de “acalmar” a intervenção ~~norte-americana~~ Estados Unidos, fazendo-os recuar sobre seu domínio.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. **A nova configuração do poder global**. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-218, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- AJAYI, Ade J.F. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: _____ (ed.). In: **História Geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. 2 ed. Ver. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010. p. 1-26. Acesso em: 05 out. 2017.
- ALTMAN, Max. Hoje na História: **Termina a Conferência de Bandung**. Opera Mundi. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/3788/hoje+na+historia+termina+a+conferencia+de+bandung.shtml#>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **As dez maiores economias do mundo**. Desacato, 2017. Disponível em: <<http://desacato.info/as-dez-maiores-economias-do-mundo/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- AMIN, Samir. **O imperialismo, passado e presente**. Tempo, Niterói, v. 9, n. 18, p. 77-123, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 abr. 2017.
- _____. **Geopolítica do Imperialismo contemporâneo**. Novos Rumos, n. 45, p. 3-30, 2003. Acesso em: 08 abr. 2017.
- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015. Acesso em: 10 abr. 2017.
- ARMENDONE, Douglas. **O Concerto Europeu**. Arauto Diplomático: Insights on International Relations. 2008. Disponível em: <<https://dougriuan.wordpress.com/2008/10/02/o-concerto-europeu/>>. Acesso em: 22 set 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro, 1996. Acesso em: 20 maio 2017.
- BANDUNG+60. **Bandung Spirit**, 2015. Disponível em: <http://www.bandungspirit.org/IMG/pdf/bandung_60-declaration-cover_content-final.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- BEIJING DECLARATION OF THE FIFTH MINISTERIAL CONFERENCE OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. **FOCAC**. Beijing, 2012. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/dwjbzjjhys/hywj/t954245.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- BEIJING DECLARATION OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. Beijing, 2000. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/lttda/dyjbzjhy/DOC12009/t606796.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- BEZERRA, Juliana. **Revolução Industrial**. Toda Matéria. 2017. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial/>>. Acesso em: 02 out. 2017.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: _____ (ed.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: Organização

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010. p. 1-20. Acesso em: 05 abr. 2017.

BROADMAN, Harry G. Chinese-African Trade and Investment: The Vanguard of South-South Commerce. In: Robert I. Rotberg (Ed.). In: **China into Africa: trade, aid, and influence**. Washington, D.C., 2008. cap. 5. 213–219. Acesso em: 02 nov 2017.

CARVALHO, Leandro. Darwinismo social e imperialismo no século XIX. **Mundo Educação**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/darwinismo-social-imperialismo-no-seculo-xix.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

CASTRO, José Roberto. Os fatores que favorecem o crescimento econômico da África e os que atrapalham. **Nexo Jornal**. Ed. set. 2016. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ydz6ofk7>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

CHANAIWA, David. A África Austral. In: MAZRUI, Ali A. (Ed.). In: **História geral da África VIII: desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. v. 8. cap. 10, p. 295 – 334. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yb2b3b4t>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: construção do mundo liberal (1815-1871). In: José Flávio Sombra Saraiva. In: **História das Relações Internacionais Contemporânea: da sociedade internacional do século 19 à era da globalização**. 2. ed. São Paulo. SARAIVA. 2008. cap. 2. p. 41 – 75. Acesso em: 03 abr. 2017.

CHENNTOUF, Tayeb. O chifre da África e a África setentrional. In: MAZRUI, Ali A. (Ed.). In: **História geral da África VIII: desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. v. 8. cap. 2, p. 33 – 66. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yb2b3b4t>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CHINA E ÁFRICA DO SUL ASSEGURAM INFRAESTRUTURAS NO SUDÃO DO SUL. **Africa 21 online**. Ed. Economia. 2015 Disponível em: <<http://tinyurl.com/ybdp7ysz>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CORDEIRO, Fabio. **Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina**. União Africana. Universidade de Aveiro. Aveiro, 2017. Disponível em: <<https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/U/Uni%C3%A3o-Africana-371/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

DECLARATION ON REINVIGORATING THE NEW ASIAN-AFRICAN STRATEGIC PARTNERSHIP. **Bandung Spirit**. 2015. Disponível em: <http://www.bandungspirit.org/IMG/pdf/declaration_on_reinvigorating_naasp.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

DECLARATION OF SHARM EL SHEIKH OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. **FOCAC**. Sharm El Sheikh, 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dsjbzjhy/hywj/t626388.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DECLARATION OF THE BEIJING SUMMIT OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. **FOCAC**. Beijing, 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dscbjzjhy/DOC32009/t606841.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DECLARATION OF THE JOHANNESBURG SUMMIT OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. **FOCAC**. Johannesburg, 2015. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/ltada/dwjbzjjhys_1/hywj/t1327960.htm>. Acesso em: 04 nov. 2017.

DECLARATION ON THE NEW ASIAN-AFRICAN STRATEGIC PARTNERSHIP. **Bandung Spirit**, 2005. Disponível em:

<http://www.bandungspirit.org/IMG/pdf/naaspcomplete-bandung_of_states_2005.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

DUQING, Chen. **Política exterior da China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990. Disponível em: <www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em: 05 nov. 2017.

EDMONDSON, Locksley. A África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A. (Ed.). In: **História geral da África VIII: desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. v. 8. cap. 28, p. 1003 – 1052. Disponível em: < <https://tinyurl.com/yb2b3b4t> >. Acesso em: 04 nov. 2017.

FINAL COMMUNIQUE OF THE ASIAN-AFRICAN CONFERENCE. **Bandung Spirit**, 1955. <http://www.bandungspirit.org/IMG/pdf/anri-bandung_conference-final_communique.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION-ADDIS ABABA ACTION PLAN. **FOCAC**. Addis Ababa, 2003. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dejbzjhy/DOC22009/t606801.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/VB87Bj>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

GILPIN, Robert. **A Economia política das Relações Internacionais**. 2. ed. Brasília: [s.n.] 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/128698647/Robert-Gilpin-A-Economia-Politica-das-Relacoes-Internacionais-2002>. Acesso em: 03 jun. 2017.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **A Era dos impérios: 1875 - 1914**. PDL – Projeto Democratização da Leitura, 1987. Acesso em: 10 jun. 2017.

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: Ali A. Mazrui (ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. 2. ed. rev. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010. p. 1-20. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yb2b3b4t> >. Acesso em: 05 abr. 2017.

HUANG, Chin-Hao. China's Renewed Partnership with Africa: Implications for the United States. In: Robert I. Rotberg (Ed.). In: **China into Africa : trade, aid, and influence**. Washington, D.C., 2008. cap. 14, p. 296 – 312. Acesso em: 02 nov 2017.

HUSSAIN, Murtaza. O FIM DO IMPÉRIO AMERICANO EM PERSPECTIVA. <https://theintercept.com/2017/09/26/o-fim-do-imperio-americano-em-perspectiva/>

China, Dependência Externa e Petróleo. BRZH – Blog Brasil e China. 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ybptt39t>>. Acesso em: 05 nov 2017.

IMPLEMENTATION OF THE FOLLOW-UP ACTIONS OF THE BEIJING SUMMIT OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. **FOCAC**. Sharm El Sheikh, 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dsjbzjhy/hywj/t627504.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

IRIAM, Francisca. **Neocolonialismo e descolonização da África**. TitasGeog. 2012. Acesso em: 31 out 2017. Disponível em: <<https://titasgeog.wordpress.com/2012/06/05/neocolonialismo-e-descolonizacao-da-africa/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

Itamaraty, Relações Exteriores. **Liga dos Estados Árabes**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3682-liga-dos-estados-arabes-lea>>. Acesso em 30 out 2017.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1993. Acesso em 30 out 2017.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2001.

_____. **Ordem Mundial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KUO, Mercy A; TANG, Angelica O. **China's Africa Strategy: Going Global With Infrastructure Investment**. The Diplomat. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/01/chinas-africa-strategy-going-global-with-infrastructure-investment/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

LESSA, Antônio Carlos. **HISTORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A PAX BRITANNICA E O MUNDO DO SÉCULO XIX**. 2001. Vozes. 1. ed.

LYRIO, Maurício Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. In: Fiori, J. L. (ed.). In: **Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações**, Petrópolis, 1999. Vozes. 1. ed.

MEDEIROS, Klei; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **O Prelúdio da cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)**. Porto Alegre, 2015

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. 2012. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

NIANE, Djibril Tamsir. Conclusão. In: _____ (ed.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010. v. 4. p. 763-778.

NIANE, Djibril Tamsir. Conclusão. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.) _____. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. 2. ed. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2010. v. 8. p. 763-778. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yb2b3b4t>>. Acesso em 02 abr. 2017.

NYE JR., Joseph. **O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Think again: Soft Power**. 2006. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

OPENING SPEECH. Bandung Spirit, 1955. Disponível em: <http://www.bandungspirit.org/IMG/pdf/anri-bandung_conference_soekarno_s_opening_speech.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu, JUNQUEIRA, Emerson Maciel. Resenha de Livro Zhu, Zhiquan. China's new diplomacy-rationale, strategies and significance. 2. ed. 2013. **Monções: Revista de Relações Internacionais da Universidade Federal de Grande Dourados**, v.4, n. 7, jan./jun., 2015. Disponível em:

<ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/download/3994/2272>. Acesso em: 20 maio 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **A China, o Sistema Internacional e o Sul: ascensão pacífica?** Brazilian Journal of International Relations, São Paulo, v. 3, jan./abr. 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição.** Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/R4qoPq>>. Acesso em: 10 maio 2017

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 237-257, jun. 2011.

PROGRAMME FOR CHINA-AFRICA COOPERATION IN ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT. Beijing, 2000. Disponível em:

<<http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/DOC12009/t606797.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros.** Textos de Economia. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/2175-8085.2015v18n1p11/30589>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

ROTHFELD, André; DIAS, Felipe Oliveira; BERTOLO, Larissa Presotto; MELO, Pedro de Souza. **Movimento dos Não-Alinhados: Desarmamento e autodeterminação nacional no contexto da Guerra Fria.** 2013. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/18.-BELGRADO-Artigo.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

RYSDYK, Janaina. **A política externa chinesa para África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria.** 2010. Monografia (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporânea: da sociedade internacional do século 19 à era da globalização.** 2. ed. São Paulo: SARAIVA 2008.

SEINTENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Liga dos Estados Árabes.** Sua Pesquisa, 2012. Acesso em 30 out 2017. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/geografia/liga_arabe.htm>

SILVA, Victor; TAETS, Raphael; ZANATA, Daniel. **Investimentos chineses ajudam a África, mas mantém o continente subdesenvolvido, dizem analistas.** Olhares do mundo. 2016. Disponível em: <<https://olharesdomundo.wordpress.com/2016/06/10/investimentos-chineses-ajudam-a-africa-mas-mantem-o-continente-subdesenvolvido-dizem-analistas/>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

SOBRAL, Eliane. **A história da construção do Canal de Suez.** Guia do Estudante. 2016. Acesso em 30 out 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/a-historia-da-construcao-do-canal-de-suez/>>.

SPEECH OF VICE PREMIER WU YI AT THE 3RD MINISTERIAL CONFERENCE OF THE .FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. **FOCAC.** Beijing, 2006. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dscbzjhy/SP32009/t606837.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

THE FIFTH MINISTERIAL CONFERENCE OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION BEIJING ACTION PLAN (2013-2015). **FOCAC.** Beijing, 2012. Disponível

em: < <http://www.focac.org/eng/ltda/dwjbzjjhys/hywj/t954620.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION JOHANNESBURG ACTION PLAN (2016-2018). **FOCAC**. Johannesburg, 2015. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/ltda/dwjbzjjhys_1/hywj/t1327961.htm>. Acesso em 03 nov. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **About UNCTAD**. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/aboutus.aspx>>. Acesso em 04 nov. 2017.

UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION: Independent Statistics & Analysis. 2014. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=15531>>. Acesso em 06 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **África em arte-educação**: História cartográfica do continente africano. 2017. Acesso em: 04 nov. 2017. Disponível em: <<https://africaarteeducacao.ciar.ufg.br/modulo3/index.html>>. Acesso em: 02 out 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. As agonias do liberalismo. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 34, p. 117-134, dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. Economia mundo. In: MAZRUI, Ali A. (Ed.). In: **História geral da África**: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010. v. 8. cap. 2, p. 27 – 46. Disponível em: <http://extensao.cecierj.edu.br/material_didatico/geo02/aula01_p04_formas_regionalizar.htm>. Acesso em: 29 out 2017.

WINKLER, Matthew. **Análise**: Onde está o crescimento econômico? Na África Subsaariana. 2015. Disponível em: < <http://tinyurl.com/yb5la2ac> >. Acesso em 11 nov 2017.

ZHAO, Tingyang. **Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’**. Social Identities, 2006. v. 12. nº 1. (p. 29 – 41). Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/7ab1/3108b384a666cc4df192aac153214c981801.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.